

**CNPJ Nº 78.876.950/0001-71**  
**Companhia Aberta de Capital Autorizado**

**INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09 e 481/09, EM  
ATENDIMENTO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E  
EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2014.**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

## ÍNDICE

<b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA .....</b>	<b>6</b>
<b>INFORMAÇÕES DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO EXIGIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM N° 481/09 .....</b>	<b>53</b>
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NOS TERMOS DOS ITENS 12.6 A 12.10, DA INSTRUÇÃO CVM N° 480/09 .....</b>	<b>59</b>
<b>REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES .....</b>	<b>60</b>

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

O Conselho de Administração da Cia. Hering (“Companhia”) vem submeter, para exame e deliberação, a seguinte proposta:

### Assembleia Geral Ordinária

- (i) Aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia e demais documentos, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2013, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.
- (ii) Aprovação do orçamento de capital da companhia para o exercício social de 2014.
- (iii) Aprovação da proposta da destinação do Lucro Líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2013, correspondente a R\$ 318.172.577,31 (trezentos e dezoito milhões, cento e setenta e dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e um centavos), ajustado pelos acréscimos de R\$ 227.157,05 (duzentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta e sete reais e cinco centavos), decorrente do ajuste de avaliação patrimonial e de R\$ 4.292.534,64 (quatro milhões, duzentos e noventa e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), em decorrência de ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão e saúde (ambos ajustes não considerados para fins de base de cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio), totalizando o lucro líquido ajustado o montante de R\$ 322.692.269,00 (trezentos e vinte e dois milhões, seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e nove reais). O lucro líquido ajustado da Companhia será assim destinado:
  - (a) R\$ 692.155,38 (seiscentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos) à Reserva Legal;
  - (b) R\$ 26.417.737,75 (vinte e seis milhões, quatrocentos e dezessete mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), à Reserva de Subvenção de Incentivos Fiscais;
  - (c) R\$ 88.511.435,25 (oitenta e oito milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos), relativos a juros sobre o capital próprio e dividendos, já pagos, conforme deliberações do Conselho de Administração, nas reuniões ocorridas em 14/06/2013, 16/10/2013 e 21/11/2013, “ad referendum”, da Assembleia Geral Ordinária. Os juros sobre o capital próprio serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios;
  - (d) R\$ 49.992.417,49 (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos), correspondente a R\$ 0,3037 por ação a título de dividendos a pagar. O Conselho propõe que o pagamento do dividendo seja realizado em 28/05/2014, tomando-se como base de cálculo a posição acionária do dia 23/04/2014. As ações passarão a ser negociadas sem o direito ao recebimento do dividendo a partir de 24/04/2014;
  - (e) R\$ 99.950.934,04 (noventa e nove milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e quatro reais e quatro centavos), a título de retenção de lucros para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital; e

- (f) R\$ 57.127.589,09 (cinquenta e sete milhões, cento e vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e nove centavos), para a Reserva de Lucros, cujo montante propõe-se seja integralmente utilizado para aumento do capital social da companhia em Assembleia Geral Extraordinária.
- (iv) Aprovação da remuneração global anual para o exercício de 2014, no montante de R\$ 28.208.098,53, para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Consultivo da Companhia.

**Assembleia Geral Extraordinária:**

- (i) Aprovação da alteração do artigo 9º do Estatuto Social, para inclusão de um novo parágrafo, a denominar-se “Parágrafo Terceiro”, a fim de prever que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, passando o parágrafo terceiro do artigo 9º a vigorar com a seguinte redação, que ora se propõe:

**“Parágrafo Terceiro** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.”

- (ii) Aprovação da alteração do artigo 16 do Estatuto Social, para inclusão de um parágrafo, a denominar-se “Parágrafo Único”, a fim de prever a forma de substituição do Diretor Presidente em suas ausências ou impedimentos transitórios, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação, que ora se propõe:

**“Parágrafo Único** - O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos transitórios, por outro diretor a quem tenha outorgado poderes específicos para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo substituto indicado pelo Conselho de Administração.”

- (iii) Aprovação da alteração da letra “g” do artigo 14 e da letra “f” do artigo 17 do Estatuto Social, a fim de modificar o limite de alçada da Diretoria de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), em operações da Companhia, observadas as diretrizes a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como inclusão da letra “q” no artigo 14, a fim de conceder ao Conselho de Administração poderes para fixar as diretrizes em relação ao limite de alçada da Diretoria, passando referidos artigos a vigorar com as seguintes redações, que ora se propõem:

**Artigo 14:** Ao Conselho de Administração compete:

[...]

g) Autorizar a Diretoria a alienar ou gravar bens móveis e imóveis e a praticar qualquer ato que importe obrigação financeira para a Sociedade, superior à importância de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que legalmente vier a substituí-lo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

[...]

q) Fixar as diretrizes em relação ao limite de alçada de atribuições da Diretoria.

**Artigo 17:** São atribuições da Diretoria:

[...]

f) alienar ou gravar bens móveis ou imóveis e a praticar qualquer ato comercial que obrigue financeiramente a Sociedade até a importância de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que

legalmente vier a substituí-lo, observado o disposto no artigo 14, alínea “g”, deste Estatuto Social;

- (iv) Aprovação da proposta de aumento do capital social de R\$ 239.435.255,55 (duzentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para R\$ 313.086.122,14 (trezentos e treze milhões, oitenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e quatorze centavos), sem emissão de novas ações, mediante: (a) capitalização da reserva de incentivos fiscais de reinvestimento de Imposto de Renda, do ano-calendário 2008 no valor de R\$ 218.981,17 (duzentos e dezoito mil, novecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos); (b) capitalização da parcela de lucro retido no exercício de 2013 no montante de R\$ 57.127.589,09 (cinquenta e sete milhões, cento e vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e nove centavos) oriundos da reserva de retenção de lucros; e (c) capitalização de parte do saldo da Reserva Legal no montante de R\$ 16.304.296,33 (dezesesseis milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos), constituída em exercícios anteriores. Em consequência, propõe-se a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“**Artigo 5º** - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 313.086.122,14 (trezentos e treze milhões, oitenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e quatorze centavos), representado por 164.611.187 (cento e sessenta e quatro milhões, seiscentos e onze mil, cento e oitenta e sete), ações ordinárias todas nominativas escriturais, todas sem valor nominal.”

- (v) Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com as referidas alterações ora propostas.

**Observação:** Anexo as informações exigidas pelas Instruções CVM nºs 480 e 481/09, em atendimento ao edital de convocação da assembleia geral ordinária e extraordinária.

Blumenau, 24 de março de 2014.

Conselho de Administração

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA  
COMPANHIA  
(ITEM 10 – IN 480/09)**

**10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**

**10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

*a. condições financeiras e patrimoniais gerais*

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências, e os seus recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

Na tabela abaixo são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Índices	Em 31 de dezembro de		
	2011	2012	2013
Liquidez corrente	2,85	2,70	2,99
Liquidez geral	2,11	2,23	2,47
Endividamento	56%	51%	43%
Retorno sobre o Ativo	27%	26%	24%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	42%	40%	35%

Em 31 de dezembro de 2013, o Ativo Circulante era de R\$ 935,0 milhões, e superava o Passivo Circulante de R\$ 312,8 milhões em um montante de R\$ 622,2 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,99. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o índice de liquidez corrente era, respectivamente, de 2,70 e 2,85.

O índice de endividamento total de 2013 era de 43% (passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido). Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o índice de endividamento total era, respectivamente, de 51% e 56%. A redução do índice de endividamento total deve-se principalmente ao aumento do Patrimônio Líquido, especialmente na linha de Reserva de Lucros, que aumentou R\$ 184,2 milhões ou 45%. Nesses períodos a Companhia tem apresentado redução nos empréstimos e melhorado a qualidade da dívida, tornando-a de longo prazo.

A Companhia tem mantido os altos níveis de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido. No exercício encerrado em 2013, o retorno foi de 35% sobre o Patrimônio Líquido (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido) e 24% sobre o Ativo (lucro líquido dividido pelo ativo total). No exercício encerrado em 2012, o retorno foi de 40% sobre o Patrimônio Líquido e 26% sobre o Ativo. No exercício encerrado em 2011, o retorno foi de 42% sobre o Patrimônio Líquido e 27% sobre o Ativo. Este nível de retorno sobre o

ativo e sobre o patrimônio líquido é decorrente do modelo de negócios da Companhia que combina alta alavancagem operacional com baixa necessidade de investimentos em ativos. A redução de retorno sobre o patrimônio líquido de 5,0 p.p. em 2013 é originada principalmente pelo aumento das reservas de lucros para investimentos e aumento de capital.

*b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:*

A tabela abaixo apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Estrutura de Capital - R\$ milhões	Em 31 de dezembro de					
	2011		2012		2013	
Capital de terceiros - circulante	281,4	25,4%	315,0	26,6%	312,8	24,1%
Capital de terceiros - não circulante	115,8	10,4%	83,3	7,1%	78,9	6,1%
Capital próprio - patrimônio líquido	710,8	64,2%	784,0	66,3%	907,3	69,8%
<b>Total</b>	<b>1.108,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.182,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.299,0</b>	<b>100,0%</b>

A diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia está alinhada com as expectativas de negócio e de investimentos da Cia Hering.

*i. hipóteses de resgate*

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

*ii. fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não aplicável

*c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento líquido da Companhia bem como a geração de caixa livre nos exercícios de 2011 a 2013:

Endividamento - R\$ milhões	2011	2012	2013
Curto Prazo	(11,8)	(24,6)	(2,1)
Longo Prazo	(23,1)	(0,1)	(22,3)
<b>Total da Dívida</b>	<b>(34,9)</b>	<b>(24,7)</b>	<b>(24,4)</b>
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	200,8	194,5	141,8
<b>(=) Caixa Líquido</b>	<b>165,9</b>	<b>169,8</b>	<b>117,4</b>
<b>Geração de caixa livre</b>	<b>190,0</b>	<b>208,7</b>	<b>123,7</b>

A diretoria acredita que, mantidas: (i) as atuais condições econômicas e (ii) a implementação com sucesso da atual estratégia da empresa, a disponibilidade atual de recursos bem como a expectativa de geração de caixa operacional são suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos.

*d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas*

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia tem utilizado a própria geração de fluxo da caixa operacional como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa (vide alínea 'b' e 'c' deste item 10.1).

*e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2014 serão: a retenção de lucros do exercício de 2013, conforme descrito no orçamento de capital para o exercício e a destinação do lucro do exercício de 2013, bem como as disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

Para garantir a continuidade das operações da Cia. Hering em situações de stress, a Política de Gestão de Caixa define um saldo mínimo de caixa baseado em premissas pessimistas sobre as operações. Desta forma, a Companhia tenta evitar a necessidade de contratação de financiamentos emergenciais para cobertura de deficiências de liquidez não previstas, que sempre implicam custos mais elevados.

Contudo, se ainda assim houver necessidade, a Companhia acredita que poderá estruturar ou obter, com seus principais bancos de relacionamento, novas linhas para contratação de capital de giro de acordo com os instrumentos disponíveis e condições de mercado vigentes à época da contratação.

*f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:*

*i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía contratos de empréstimo e financiamentos que somavam R\$ 24,4 milhões, sendo que R\$ 2,1 milhões representavam empréstimo de curto prazo e R\$ 22,3 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Modalidade	Valor	Juros	Amortização	Vencimento	Garantias	Finalidade
Capital de giro	1.734	5,50% a.a.	Juros antecipados e principal no vencimento	abr/14	não há	Capital de Giro
BNDES Revitaliza	11.180	8,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de mar/15.	ago/15	não há	Capital de Giro
BNDES Revitaliza	11.366	8,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de mar/15.	mai/15	não há	Capital de Giro



FNE	151	10,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de abril/10. Bônus por adimplência de 15%, nos pagamentos mensais.	mar/14	Garantia real	Investimentos
<b>Total</b>	<b>24.431</b>					

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía contratos de empréstimo e financiamentos que somavam R\$ 24,7 milhões, sendo que R\$ 24,6 milhões representavam empréstimo de curto prazo e R\$ 0,1 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Modalidade	Valor	Juros	Amortização	Vencimento	Garantias	Finalidade
Capital de giro	1.012	5,50% a.a.	Juros antecipados e principal no vencimento	abr/13	não há	Capital de Giro
Capital de giro	3.870	120,00% CDI	Juros mensais e principal em parcelas trimestrais	abr/13	não há	Capital de Giro
BNDES Revitaliza	9.603	9,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de maio/13.	jun/13	não há	Capital de Giro
BNDES Revitaliza	9.460	9,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de abril/13.	jun/13	não há	Capital de Giro
FNE	762	10,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de abril/10. Bônus por adimplência de 15%, nos pagamentos mensais.	mar/14	Garantia real	Investimentos
<b>Total</b>	<b>24.707</b>					

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía contratos de empréstimo e financiamentos que somavam R\$ 34,9 milhões, sendo que R\$ 11,8 milhões representavam empréstimo de curto prazo e R\$ 23,1 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Modalidade	Valor	Juros	Amortização	Vencimento	Garantias	Finalidade
Capital de giro	491	6,75% a.a.	Juros antecipados e principal no vencimento	mar/12	não há	Capital de Giro
Capital de giro	11.658	120,00% CDI	Juros mensais e principal em parcelas trimestrais	abr/13	não há	Capital de Giro
BNDES Revitaliza	9.451	9,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de maio/13.	jun/13	não há	Capital de Giro
BNDES	11.951	TJLP+ 5,00% a.a.	Principal e juros mensais. Bonus por adimplência ao final do contrato, no valor de R\$ 4.144 mil.	out/15	Garantia real	Investimentos
FNE	1.371	10,00% a.a.	Juros trimestrais durante carência e mensais juntamente com o principal a partir de abril/10. Bônus por adimplência de 15%, nos pagamentos mensais.	mar/14	Garantia real	Investimentos
<b>Total</b>	<b>34.922</b>					

*ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia firmou em 05 de novembro de 2007, convênio para Emissão de Cartão de Crédito Co-branded, com a Losango Promoções de Vendas Ltda. e HSBC Bank Brasil SA., em caráter de exclusividade. Este convênio prevê a emissão do Cartão e sua oferta e disponibilização no âmbito da Rede de Lojas Hering Store, com prazo de 10 (dez) anos, a partir de sua assinatura.

Em relação aos processos que a Companhia mantém com a Massa Falida do Banco Santos, figurando como parte passiva, a Companhia apresentou a garantia ao juízo em 13/12/2012, através da fiança bancária no montante de R\$ 65,0 milhões, contratada junto ao Itaú BBA em 11/12/2013, por prazo indeterminado.

*iii. grau de subordinação entre as dívidas*

As dívidas contratadas pela Companhia são classificadas em dois graus de subordinação:

- a) Quirografárias: sem garantias (títulos de crédito em geral)
- b) Privilegiadas: com garantias reais (penhor e hipoteca)

Em 31 de dezembro de 2013, do total de R\$ 391,7 milhões de endividamento, R\$ 0,2 milhões são classificados como privilegiados e R\$ 391,5 milhões como quirografários.

Em 31 de dezembro de 2012, do total de R\$ 398,4 milhões de endividamento, R\$ 0,8 milhões são classificados como privilegiados e R\$ 397,6 milhões, como quirografários.

Em 31 de dezembro de 2011, do total de R\$ 397,2 milhões de endividamento, R\$ 13,3 milhões são classificados como privilegiados e R\$ 383,9 milhões como quirografários.

*iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.*

a) Os contratos mantidos com os agentes financeiros dentro do Programa Revitaliza Exportação (BNDES), com vencimentos em 15/05/2015 e 15/08/2015, preveem a possibilidade do agente financeiro decretar o vencimento antecipado dos respectivos contratos e exigir a imediata liquidação da dívida nas seguintes hipóteses:

I – inadimplemento de qualquer obrigação da Beneficiária ou do Interveniente;

II – inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Beneficiária pertença;

III – o controle efetivo, direto ou indireto, da Beneficiária sofrer modificação após a contratação da operação, seja por incorporação, fusão, transferência, cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o Agente Financeiro tenha se manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente o Contrato; ou

IV- falsidade da declaração a que alude o artigo 1º, §1º, alínea 'c', do Decreto nº 99.476, de 24.08.90;

V- inclusão em acordo societário, estatuto, ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlem de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em: i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; ii) restrições de acesso da beneficiária a novos mercados; ou iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;

VI - redução do quadro de pessoal da Companhia sem atendimento à exigência de oferecimento de programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

b) Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros) em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, havia o montante de R\$ 3.870, referente empréstimos contratados junto ao banco Credit Suisse que possuíam cláusulas restritivas. Em 31 de dezembro de 2011, havia o montante de R\$ 11.658, referente empréstimos contratados junto ao banco Credit Suisse que possuíam cláusulas restritivas.

*g. limites de utilização dos financiamentos já contratados*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a empresa possuía um total de R\$ 2,1 milhões em linhas de financiamento a processos produtivos advindas do BNB, cujos valores foram totalmente desembolsados. O saldo devedor do financiamento era de R\$ 151 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a empresa possuía um total de R\$ 2,1 milhões em linhas de financiamento a processos produtivos advindas do BNB, cujos valores foram totalmente desembolsados. O saldo devedor do financiamento era de R\$ 762 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a empresa possuía um total de 2,1 milhões em linhas de financiamento a processos produtivos advindas do BNB, cujos valores foram totalmente desembolsados. O saldo devedor do financiamento era de R\$ 1.371 mil.

#### *h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras*

Descrição das principais contas da demonstração de resultados:

##### Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas é calculada como o resultado da receita bruta de vendas após descontadas as deduções de vendas.

A receita bruta de vendas no mercado interno é composta de vendas dos produtos das marcas “Hering”, “Hering Kids”, “PUC”, “dzarm.”, outras vendas e de *royalties* pelo uso das marcas. No mercado externo, a receita é proveniente de vendas de produtos de marcas próprias para franquias e clientes multimarcas. As receitas brutas são contabilizadas pelo regime de competência, no momento em que são transferidos os riscos e benefícios das mercadorias ao comprador, ou no caso das lojas próprias no momento em que a mercadoria é vendida ao consumidor, excluídas as devoluções de produtos.

As deduções de vendas incluem tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e abatimentos.

Tributos sobre vendas: as vendas no mercado interno são tributadas pelo ICMS, PIS e Cofins. Todos esses tributos estão refletidos na linha de “Deduções de Vendas” das demonstrações financeiras. Não há incidência desses tributos sobre as vendas realizadas ao mercado externo.

Abatimentos: consistem em eventuais descontos nos preços de produtos em função de negociações comerciais com clientes, lojas franqueadas e Lojas Multimarcas.

##### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos compreende, em ordem de relevância, as despesas com mão-de-obra direta e indireta (i.e., serviços de terceiros), matérias-primas, insumos, custos com produção, como energia elétrica e gás combustível, produtos adquiridos de terceiros e depreciação. A representatividade desses custos, em relação ao total do custo dos produtos vendidos em 2013, foi: custos com pessoal 16,6%, custos com matérias-primas e material de revenda 61,1%, custos com mão de obra 16,1%, custos com energia elétrica 0,8%, depreciação 2,0% e outros custos 3,4%.

##### Margem Bruta

A margem bruta é a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo dos produtos vendidos, expressa como porcentagem da receita líquida de vendas.

##### Despesas Operacionais

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são divididas em variáveis e fixas. As despesas variáveis consistem, principalmente, em fretes, comissões sobre vendas e provisão para devedores duvidosos, e variam de acordo com o volume de vendas. As despesas fixas consistem em despesas com os colaboradores das lojas próprias, publicidade e propaganda, pesquisa e desenvolvimento de produtos, despesas de viagem dos colaboradores da área comercial, despesas de gestão de lojas próprias, tais como aluguéis e encargos locatícios, e manutenção de equipamentos, cujas variações não estão diretamente relacionadas com o volume de vendas. Em 2013, as despesas variáveis e fixas com vendas representaram, conjuntamente, 15,6% da receita líquida de vendas.

#### Remuneração de Administradores

Os principais componentes da remuneração de administradores são a remuneração e gratificações pagas aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Consultivo e respectivos encargos.

#### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas incluem todas as despesas relacionadas à administração, excluindo a remuneração de administradores mencionada acima, principalmente salários e encargos sociais dos colaboradores das áreas de recursos humanos, tecnologia, controladoria, financeiro e jurídico, e também gastos recorrentes com assistência técnica profissional terceirizada, como advogados, auditores e consultores. Tais despesas variam principalmente de acordo com o número de funcionários, política salarial, acordos coletivos de trabalho e preços praticados pelos profissionais terceirizados.

#### Depreciação e Amortização

As despesas com depreciação e amortização dizem respeito à depreciação e amortização dos bens, instalações e equipamentos, e são calculadas com base na vida útil estimada desses bens, instalações e equipamentos.

#### Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras (despesas) receitas operacionais incluem principalmente itens não-recorrentes, atípicos e não relacionados à atividade principal da Companhia. São consideradas (despesas) receitas não-recorrentes ganhos (perdas) de ações judiciais, despesas correspondentes com advogados e venda ou a baixa de bens do ativo imobilizado, deduzidos os custos de aquisição desses bens.

#### Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de despesas e receitas financeiras líquidas, o que inclui basicamente encargos sobre empréstimos tomados pela Companhia, encargos sobre obrigações e parcelamentos fiscais, IOF, receitas financeiras sobre investimentos financeiros, variação cambial ativa e passiva e ganhos e perdas com instrumentos financeiros que são reconhecidos no resultado. As despesas e receitas financeiras, bem como as despesas e receitas atreladas à variação cambial, são reconhecidas no resultado quando do efetivo rendimento do ativo ou incidência do encargo ou ocorrência de variação cambial, de acordo com o regime de competência.

#### Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício consiste do lucro após a tributação pelo imposto de renda e contribuição social e exclusão do resultado da participação dos minoritários.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

Enquadramo-nos na tributação sobre o lucro Real e é recolhido o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os quais, em conjunto, correspondem a aproximadamente até 34% do resultado tributável.

### Descrição do EBITDA

A inclusão de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida do desempenho econômico operacional. O EBITDA consiste no lucro líquido antes de impostos sobre a renda e contribuições sociais, despesas financeiras líquidas e depreciação e amortização.

## Demonstrativo de Resultados – DRE 2012 x 2013

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013.

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2012	AV %	2013	AV %	Variação 2012 - 2013	%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.491.316</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.679.779</b>	<b>100,0%</b>	<b>188.463</b>	<b>12,6%</b>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(812.137)</b>	<b>-54,5%</b>	<b>(921.234)</b>	<b>-54,8%</b>	<b>(109.097)</b>	<b>13,4%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>679.179</b>	<b>45,5%</b>	<b>758.545</b>	<b>45,2%</b>	<b>79.366</b>	<b>11,7%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(306.049)</b>	<b>-20,5%</b>	<b>(353.542)</b>	<b>-21,0%</b>	<b>(47.493)</b>	<b>15,5%</b>
Vendas	(243.043)	-16,3%	(261.977)	-15,6%	(18.934)	7,8%
Administrativas e gerais	(36.018)	-2,4%	(45.626)	-2,7%	(9.608)	26,7%
Honorários da administração	(7.006)	-0,5%	(7.546)	-0,4%	(540)	7,7%
Depreciação e amortização	(17.288)	-1,2%	(15.719)	-0,9%	1.569	-9,1%
Participação nos resultados	(3.691)	-0,2%	(17.125)	-1,0%	(13.434)	364,0%
Outras despesas e receitas operacionais líquidas	997	0,1%	(5.549)	-0,3%	(6.546)	-656,6%
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>373.130</b>	<b>25,0%</b>	<b>405.003</b>	<b>24,1%</b>	<b>31.873</b>	<b>8,5%</b>
Receitas financeiras	66.723	4,5%	59.941	3,6%	(6.782)	-10,2%
Despesas financeiras	(29.384)	-2,0%	(31.182)	-1,9%	(1.798)	6,1%
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>410.469</b>	<b>27,5%</b>	<b>433.762</b>	<b>25,8%</b>	<b>23.293</b>	<b>5,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(95.911)	-6,4%	(116.654)	-6,9%	(20.743)	21,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.544)	-0,2%	1.064	0,1%	4.608	-130,0%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>311.014</b>	<b>20,9%</b>	<b>318.172</b>	<b>18,9%</b>	<b>7.158</b>	<b>2,3%</b>
<b>Atribuível a:</b>						
Acionistas da Companhia	311.014	20,9%	318.172	21,3%	7.158	2,3%
Não controladores	-	0,0%	-	0,0%	-	N.D

Receita de Vendas por marca e canal

A receita líquida de vendas aumentou 12,6%, ou R\$ 188,5 milhões, passando de R\$ 1.491,3 milhões em 2012 para R\$ 1.679,8 milhões em 2013.

A receita bruta de vendas aumentou 12,6%, ou R\$ 225,7 milhões, passando de R\$ 1.793,7 milhões em 2012 para R\$ 2.019,4 milhões em 2013, com crescimento de receita nas quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.).

O aumento da receita bruta de vendas deveu-se, sobretudo ao aumento da receita bruta de vendas ao mercado interno da marca “Hering” em 12,0% ou R\$ 160,4 milhões e “Hering Kids” em 25,5% ou R\$ 40,5 milhões, conforme abaixo explicado:

Receitas por marca	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						
	(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	2012	AV %	2013	AV %	Variação 2012 - 2013	%
Hering		1.335.330	74,4%	1.495.701	74,1%	160.371	12,0%
Hering Kids		158.571	8,8%	199.083	9,9%	40.512	25,5%
PUC		141.454	7,9%	156.875	7,8%	15.421	10,9%
dzarm.		96.993	5,4%	101.816	5,0%	4.823	5,0%
Outras		34.222	1,9%	34.167	1,7%	-55	-0,2%
<b>Receita bruta mercado interno</b>		<b>1.766.570</b>	<b>98,5%</b>	<b>1.987.642</b>	<b>98,4%</b>	<b>221.072</b>	<b>12,5%</b>
Receita bruta mercado externo		27.091	1,5%	31.791	1,6%	4.700	17,3%
<b>Receita bruta total</b>		<b>1.793.661</b>	<b>100%</b>	<b>2.019.433</b>	<b>100%</b>	<b>225.772</b>	<b>12,6%</b>

Receitas por canal	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						
	(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	2012	AV %	2013	AV %	Variação 2012 - 2013	%
Varejo		834.148	46,5%	930.828	46,1%	96.680	11,6%
Franquias		652.124	36,4%	767.452	38,0%	115.328	17,7%
Webstore		19.455	1,1%	22.728	1,1%	3.273	16,8%
Lojas Próprias		226.621	12,6%	232.467	11,5%	5.846	2,6%
Outras		34.222	1,9%	34.167	1,7%	-55	-0,2%
<b>Receita bruta mercado interno</b>		<b>1.766.570</b>	<b>98,5%</b>	<b>1.987.642</b>	<b>98,4%</b>	<b>221.072</b>	<b>12,5%</b>
Receita bruta mercado externo		27.091	1,5%	31.791	1,6%	4.700	17,3%
<b>Receita bruta total</b>		<b>1.793.661</b>	<b>100%</b>	<b>2.019.433</b>	<b>100%</b>	<b>225.772</b>	<b>12,6%</b>

### Mercado Interno

No ano de 2013, as quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.) apresentaram crescimento em vendas, com destaque para o desempenho da Hering, que representou 74,1% das vendas totais da Empresa.

Marca “Hering”: aumento da receita bruta de vendas da marca “Hering” de 12,0%, ou R\$ 160,4 milhões, passando de R\$ 1.335,3 milhões em 2012 para R\$ 1.495,7 milhões em 2013. Com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, a Hering destaca-se por ser uma marca com:

- Alto valor percebido pelos clientes – marca desejada por oferecer produtos básicos com qualidade e moda acessível, e boa relação custo x benefício;
- Inovação constante – apresentação de seis coleções no ano, divididas em dois ciclos, com lançamento de novidades constantes;



Marca “Hering Kids”: aumento da receita bruta de vendas da marca “Hering Kids” de R\$ 40,5 milhões, passando de R\$ 158,6 milhões em 2012 para R\$ 199,1 milhões em 2013. Extensão da marca Hering com foco no conceito ‘mini adulto’, a Hering Kids oferece produtos para o dia-a-dia da criança, com boa relação custo x benefício. As vendas brutas da marca Hering Kids apresentaram crescimento de 25,5% em 2013, com destaque para os canais de franquias e lojas próprias, principalmente impulsionado pela abertura de lojas da rede Hering Kids.

Marca “PUC”: aumento da receita bruta de vendas da marca “PUC” de 10,9%, ou R\$ 15,4 milhões, passando de R\$ 141,5 milhões em 2012 para R\$ 156,9 milhões em 2013. O posicionamento da marca PUC é focado no público infantil das classes A e B, com a oferta de produtos de alta qualidade, para uso em ocasiões especiais.

Marca “dzarm.”: aumento da receita bruta de vendas da marca “dzarm.” de 5,0%, ou R\$ 4,8 milhões, passando de R\$ 97,0 milhões em 2012 para R\$ 101,8 milhões em 2013. O público alvo da dzarm. são jovens de 18 a 28 anos, classe A/B, que buscam expressar seu lado autêntico e autoral, através de produtos de qualidade, conectados às últimas tendências mundiais, com bom custo benefício. A dzarm. está atualmente passando por um processo de reformulação de sua estratégia de negócios, que deve ser desenvolvida ao longo de 2014.

Canal de distribuição Webstore:

A operação de e-commerce da Cia. Hering apresentou crescimento de 16,8% ou R\$ 3,3 milhões, passando de R\$ 19,4 milhões em 2012 para R\$ 22,7 milhões em 2013.

O canal online vem apresentando crescimento robusto nos últimos anos e devido ao crescimento acelerado atingimos nosso limite de transações simultâneas no canal. A Companhia já iniciou uma nova rodada de investimentos em uma nova plataforma que propiciará maior capacidade de processamento de pedidos além de viabilizar a utilização de novas ferramentas, melhorando a experiência de compra do consumidor e a capacidade de conversão de acessos em vendas.

Outros: outras receitas praticamente não sofreram variação, permanecendo com R\$ 34,2 milhões em 2012 e 2013.

### Mercado Externo

A participação das exportações na receita bruta de vendas foi de 1,6% em 2013, comparada com 1,5% em 2012. A receita bruta de vendas ao mercado externo, em Reais aumentou em 17,3%, ou R\$ 4,7 milhões, passando de R\$ 27,1 milhões em 2012 para R\$ 31,8 milhões em 2013.

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das nossas marcas para a América Latina. A Empresa encerrou 2013 com 17 franquias no exterior.

### Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos cresceu 13,4%, ou R\$ 109,1 milhões, passando de R\$ 812,1 milhões em 2012, para R\$ 921,2 milhões em 2013, devido principalmente, ao reflexo do aumento da receita bruta de vendas, combinado à pressão de custos ligados a câmbio desvalorizado, mão de obra e matéria prima.

O lucro bruto aumentou 11,7%, ou R\$ 79,3 milhões, passando de R\$ 679,2 milhões em 2012 para R\$ 758,5 milhões em 2013. O aumento do lucro bruto em 2013 foi superior que em 2012, principalmente em função do crescimento da receita.

A margem bruta reduziu 0,3 p.p., passando de 45,5% em 2012 para 45,2% em 2013.

## Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 15,5%, ou R\$ 47,5 milhões, passando de R\$ 306,0 milhões em 2012 para R\$ 353,5 milhões em 2013, devido aos fatores explicados abaixo:

### Despesas com Vendas

Aumento das despesas com vendas em 7,8%, ou R\$ 18,9 milhões, passando de R\$ 243,0 milhões em 2012 para R\$ 261,9 milhões em 2013, em função principalmente de (i) aumento de 16,1%, ou R\$ 15,0 milhões, das despesas variáveis de venda, devido ao aumento da receita bruta de vendas e respectivo pagamento de comissões, fretes e outras despesas relacionadas às vendas, (ii) aumento em despesa de lojas de 6,7% ou R\$ 4,8 milhões, especialmente em despesas com aluguéis que aumentaram em 13,7%, ou R\$ 3,0 milhões, devido ao aumento do número de lojas próprias e (iii) redução em outras despesas de R\$ 0,9 milhões.

### Despesas Gerais e Administrativas

Aumento das despesas gerais e administrativas em 26,7%, ou R\$ 9,6 milhões, passando de R\$ 36,0 milhões em 2012 para R\$ 45,6 milhões em 2013. Essa variação é decorrente principalmente da manutenção de gastos e aumento nas despesas com salários e encargos provenientes da data base da categoria, bem como gastos com projetos de consultoria.

### Remuneração de Administradores

Aumento das despesas com remuneração de administradores em 7,7%, ou R\$ 0,5 milhões, de R\$ 7,0 milhões em 2012 para R\$ 7,5 milhões em 2013, devido a aumento nas despesas com salários e encargos provenientes da data base da categoria.

### Depreciação e Amortização

Redução da depreciação e amortização em 9,1%, ou R\$ 1,5 milhões, passando de R\$ 17,2 milhões em 2012 para R\$ 15,7 milhões em 2013. Essa redução origina-se principalmente do término do período de depreciação de itens avaliados em 2012, término da depreciação da primeira onda do SAP (iniciado em 2008) e término do período de amortização de três pontos comerciais significativos.

### Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Redução no grupo de outras receitas (despesas) operacionais líquidas, em R\$ 6,5 milhões, passando de R\$ 1,0 milhões em 2012 para (R\$ 5,5 milhões) em 2013; em função de eventos não-recorrentes que impactaram negativamente o ano de 2013.

## Resultado Financeiro

A Cia. Hering obteve um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 28,8 milhões em 2013, comparado a R\$ 37,3 milhões em 2012. A redução do resultado financeiro em R\$ 8,5 milhões ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores (i) redução nos rendimentos de aplicação financeira de R\$ 5,1 milhões em 2013 devido redução da taxa CDI e redução do saldo de aplicações; (ii) aumento em despesa de ajuste a valor presente de fornecedor de R\$ 4,9 milhões em 2013 em função do aumento do volume de compras de estoque; (iii) redução de R\$ 4,2 milhões no montante de despesa de juros devido redução de empréstimos durante o ano de 2013 e melhor qualidade da dívida e (iv) redução de outras receitas financeiras de R\$ 2,7 milhões em 2013 devido eventos não recorrentes em 2012.

### Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes apresentaram aumento de 21,6% em 2013, ou R\$ 20,7 milhões, passando de R\$ 95,9 milhões em 2012 para R\$ 116,6 milhões em 2013. Esse aumento da despesa de imposto de renda se deu principalmente em função do aumento do lucro líquido antes dos impostos e da redução nos incentivos fiscais tratados como subvenção para investimento (R\$ 15,2 milhões em 2012 e R\$ 5,8 milhões em 2013).

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 2013 apresentaram aumento de R\$ 4,6 milhões, passando de (R\$ 3,5 milhões) em 2012 para R\$ 1,1 milhões em 2013. Essa variação deveu-se principalmente à exclusão temporária de passivo atuarial sobre benefícios a empregados (R\$ 6,5 milhões em 2012 e R\$ 3,2 milhões em 2013).

### Lucro Líquido

Foi registrado um crescimento do lucro líquido de 2,3%, ou R\$ 7,2 milhões, passando de R\$ 311,0 milhões em 2012 para R\$ 318,2 milhões em 2013. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- (i) Crescimento do EBITDA com queda da margem EBITDA no ano em função do resultado operacional;
- (ii) Queda no resultado financeiro de 23% em 2013, principalmente devido ao menor saldo de caixa ao longo do ano; e
- (iii) Maior incidência de imposto de renda e contribuição social, em função de redução do incentivo fiscal sobre importados e o fim do tratamento do mesmo como subvenção para investimento.

### EBITDA

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2012	2013	Variação 2012 - 2013	%
Lucro líquido do exercício	311.014	318.172	7.158	2,3%
(+) IR, CS e Participações	99.455	115.590	16.135	16,2%
(-) Receita Financeira Líquida	(37.339)	(28.759)	8.580	-23,0%
(+) Depreciações e Amortizações	34.266	33.991	(275)	-0,8%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>407.396</b>	<b>438.994</b>	<b>31.598</b>	<b>7,8%</b>
Margem EBITDA	27,3%	26,1%	-1,2 p.p.	

O EBITDA aumentou 7,8%, ou R\$ 31,6 milhões, passando de R\$ 407,4 milhões em 2012 para R\$ 439,0 milhões em 2013, cujos principais fatores associados a estes resultados são:

- Crescimento de 12,6% na **receita bruta de vendas**.
- Queda de 0,3 p.p. na **margem bruta** em 2013 devido principalmente ao resultado do 4T13, que foi negativamente impactado por: (i) pressão de custos ligados a câmbio desvalorizado, mão de obra e matéria prima; e (ii) menor nível de incentivo fiscal sobre produtos importados.
- Crescimento de 10,2% nas **despesas com vendas, gerais e administrativas**, em função do aumento de gastos com pessoal relacionado às mudanças que ocorreram durante o ano.
- Normalização das despesas com **participação nos resultados**.
- Queda de R\$ 6,5 milhões no desempenho na linha **outras receitas e (despesas) operacionais**.

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012

Demonstrações dos Resultados <i>(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)</i>	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2011	AV %	2012	AV %	Variação 2011 - 2012	%
<b>Receita operacional líquida</b>	1.353.233	100,0%	1.491.316	100,0%	138.083	10,2%
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	(697.381)	-51,5%	(812.137)	-54,5%	(114.756)	16,5%
<b>Lucro bruto</b>	655.852	48,5%	679.179	45,5%	23.327	3,6%
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	(290.734)	-21,5%	(306.049)	-20,5%	(15.315)	5,3%
Vendas	(212.549)	-15,7%	(243.043)	-16,3%	(30.494)	14,3%
Administrativas e gerais	(30.561)	-2,3%	(36.018)	-2,4%	(5.457)	17,9%
Honorários da administração	(6.527)	-0,5%	(7.006)	-0,5%	(479)	7,3%
Depreciação e amortização	(15.476)	-1,1%	(17.288)	-1,2%	(1.812)	11,7%
Participação nos resultados	(28.790)	-2,1%	(3.691)	-0,2%	25.099	-87,2%
Outras receitas operacionais líquidas	3.169	0,2%	997	0,1%	(2.172)	-68,5%
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	365.118	27,0%	373.130	25,0%	8.012	2,2%
Receitas financeiras	63.834	4,7%	66.723	4,5%	2.889	4,5%
Despesas financeiras	(34.138)	-2,5%	(29.384)	-2,0%	4.754	-13,9%
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	394.814	29,2%	410.469	27,5%	15.655	4,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(100.840)	-7,5%	(95.911)	-6,4%	4.929	-4,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.300	0,2%	(3.544)	-0,2%	(6.844)	207,4%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	297.274	22,0%	311.014	20,9%	13.740	4,6%
<b>Atribuível a:</b>						
Acionistas da Companhia	297.274	22,0%	311.014	23,0%		4,6%

					13.740	
Não controladores	-	0,0%	-	0,0%	-	N.D

#### Receita de Vendas por marca e canal

A receita líquida de vendas aumentou 10,2%, ou R\$ 138,1 milhões, passando de R\$ 1.353,2 milhões em 2011 para R\$ 1.491,3 milhões em 2012.

A receita bruta de vendas aumentou 8,9%, ou R\$ 146,4 milhões, passando de R\$ 1.647,3 milhões em 2011 para R\$ 1.793,7 milhões em 2012, com crescimento de receita em três das quatro marcas (Hering, Hering Kids e PUC).

O aumento da receita bruta de vendas deveu-se, sobretudo ao aumento da receita bruta de vendas ao mercado interno da marca "Hering" em 7,4% ou R\$ 92,3 milhões, conforme abaixo explicado:

Receitas por marca (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2011	AV %	2012	AV %	Varição 2011 - 2012	%
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>1.647.308</b>	<b>100%</b>	<b>1.793.661</b>	<b>100%</b>	<b>146.353</b>	<b>8,9%</b>
Mercado Interno	1.625.932	98,7%	1.766.570	98,5%	140.638	8,6%
Mercado Externo	21.376	1,3%	27.091	1,5%	5.715	26,7%
<b>Receita Bruta Mercado Interno</b>	<b>1.625.932</b>	<b>98,7%</b>	<b>1.766.570</b>	<b>98,5%</b>	<b>140.638</b>	<b>8,6%</b>
<b>Hering</b>	<b>1.243.013</b>	<b>75,5%</b>	<b>1.335.330</b>	<b>74,4%</b>	<b>92.317</b>	<b>7,4%</b>
Varejo	498.439	30,3%	519.227	28,9%	20.787	4,2%
Franquias	534.159	32,4%	592.725	33,0%	58.566	11,0%
Webstore	8.954	0,5%	13.413	0,7%	4.459	49,8%
Lojas Próprias	201.461	12,2%	209.965	11,7%	8.504	4,2%
<b>Hering Kids</b>	<b>116.395</b>	<b>7,1%</b>	<b>158.571</b>	<b>8,8%</b>	<b>42.176</b>	<b>36,2%</b>
Varejo	96.724	5,9%	125.476	7,0%	28.752	29,7%
Franquias	13.869	0,8%	22.377	1,2%	8.508	61,4%
Webstore	914	0,1%	1.749	0,1%	835	91,4%
Lojas Próprias	4.888	0,3%	8.969	0,5%	4.081	83,5%
<b>PUC</b>	<b>125.026</b>	<b>7,6%</b>	<b>141.454</b>	<b>7,9%</b>	<b>16.428</b>	<b>13,1%</b>
Varejo	84.478	5,1%	95.540	5,3%	11.062	13,1%
Franquias	34.393	2,1%	37.022	2,1%	2.629	7,6%

Webstore	1.016	0,1%	2.010	0,1%	994	97,8%
Lojas Próprias	5.139	0,3%	6.882	0,4%	1.743	33,9%
<b>dzarm.</b>	<b>98.046</b>	<b>6,0%</b>	<b>96.993</b>	<b>5,4%</b>	<b>(1.053)</b>	<b>-1,1%</b>
Varejo	95.767	5,8%	93.905	5,2%	(1.862)	-1,9%
Franquias	-	0,0%	-	0,0%	0	N.D
Webstore	1.334	0,1%	2.283	0,1%	949	71,1%
Lojas Próprias	945	0,1%	805	0,0%	(140)	-14,8%
<b>Outras</b>	<b>43.452</b>	<b>2,8%</b>	<b>34.222</b>	<b>1,9%</b>	<b>(9.230)</b>	<b>-21,2%</b>

### Mercado Interno

No ano de 2012, três das quatro marcas (Hering, Hering Kids e PUC) apresentaram crescimento em vendas, com destaque para o desempenho da Hering, que representou 74,4% das vendas totais da Empresa.

Marca “Hering”: aumento da receita bruta de vendas da marca “Hering” de 7,4%, ou R\$ 92,3 milhões, passando de R\$ 1.243,0 milhões em 2011 para R\$ 1.335,3 milhões em 2012. Com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, a Hering destaca-se por ser uma marca com:

- Alto valor percebido pelos clientes – marca desejada por oferecer produtos básicos com qualidade e moda acessível, e boa relação custo x benefício;
- Inovação constante – apresentação de seis coleções no ano, divididas em dois ciclos, com lançamento de novidades constantes;

Em 2012, as vendas brutas da marca apresentaram crescimento moderado em todos os canais de distribuição, exceto pelo canal webstore, com desempenho mais forte (51,3%). A performance de vendas da marca como um todo foi impactada negativamente pelos seguintes fatores: (i) desaceleração econômica e de consumo de vestuário, (ii) inverno tardio, (iii) menor assertividade na coleção do 2T12 e (iv) planejamento de produção desalinhado com a demanda, que apresentou tendência de reaceleração no 4T12. A adição de 83 lojas à rede deu sequência à ampliação da visibilidade e presença da marca no mercado brasileiro e também contribuiu para o aumento da penetração no varejo multimarcas.

Marca “Hering Kids”: aumento da receita bruta de vendas da marca “Hering Kids” de 36,2%, ou R\$ 42,2 milhões, passando de R\$ 116,4 milhões em 2011 para R\$ 158,6 milhões em 2012. Extensão da marca Hering com foco no conceito ‘mini adulto’, a Hering Kids oferece produtos casuais e básicos, com boa relação custo X benefício. Ainda sob o impacto da nova estratégia para o mercado infantil adotada a partir do 4T10, as vendas brutas da Hering Kids cresceram 36,2% em 2012. Todos os canais apresentaram crescimento de vendas significativo, o que demonstra a assertividade da nova estratégia. Em 2012 foi implementada a rede de lojas no formato individual Hering Kids com a abertura de 22 lojas, contribuindo para o processo de ampliação da visibilidade e presença da marca no mercado brasileiro e para o destaque da performance dos canais de franquias e lojas próprias, que cresceram 61,4% e 83,5% no ano, respectivamente.

Marca "PUC": aumento da receita bruta de vendas da marca "PUC" de 13,1%, ou R\$ 16,5 milhões, passando de R\$ 125,0 milhões em 2011 para R\$ 141,5 milhões em 2012. O posicionamento da marca PUC é focado no público infantil das classes A e B, com a oferta de produtos de alta qualidade, para uso em ocasiões especiais. A rede de lojas PUC, após o reforço de seu posicionamento nos segmentos *Better* e *Premium*, tem passado por um período de ajustes, sendo que algumas de suas lojas que não estão de acordo com a estratégia atual, foram reavaliadas e algumas dessas operações foram descontinuadas. Como resultado deste reposicionamento, as vendas brutas da PUC cresceram 13,1% no ano de 2012.

Marca "dzarm.": queda da receita bruta de vendas da marca "dzarm" de 1,1%, ou R\$ 1,1 milhões, passando de R\$ 98,1 milhões em 2011 para R\$ 97,0 milhões em 2012, após crescimento bastante expressivo no varejo multimarcas entre 2007 e 2011, que resultou em aumento significativo de penetração neste canal, a marca dzarm. teve dificuldades em dar continuidade ao desenvolvimento de seu potencial de crescimento em 2012, especialmente considerando o fato de que possui apenas uma loja flagship ainda pouco explorada.

A dzarm. continua explorando as mídias sociais com crescente alcance ao público jovem, aproximando a marca de seu público alvo.

Canal de distribuição Webstore: a operação de e-commerce da Cia. Hering engloba as quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.) e, assim como nos demais trimestres do ano, apresentou o crescimento mais expressivo dentre todos os canais de distribuição da Companhia sendo de 59,2% em 2012.

O recente lançamento da nova webstore, já passada a fase de ajustes para melhor funcionamento da plataforma, está concluído, possibilitando o contínuo crescimento do canal. Em continuidade às ações já implementadas ao final de 2011, tal como a criação de uma estrutura específica de logística e distribuição para atender ao canal online de forma mais eficiente, os investimentos em TI e esta versão atualizada da webstore têm como objetivo proporcionar ao consumidor uma experiência de compra mais agradável, de modo a impulsionar as vendas online. A Cia.Hering continuará explorando o potencial da webstore.

Outros: outras receitas reduziu 21,2%, ou R\$ 9,2 milhões, passando de R\$ 43,5 milhões em 2011 para R\$ 34,2 milhões em 2012, principalmente pela diminuição do volume de revenda de saldos de mercadorias.

### Mercado Externo

A participação das exportações na receita bruta de vendas foi de 1,5% em 2012, comparada com 1,3% em 2011. A receita bruta de vendas ao mercado externo, em Reais aumentou em 26,7%, ou R\$ 5,7 milhões, passando de R\$ 21,4 milhões em 2011 para R\$ 27,1 milhões em 2012.

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. para a América Latina. A Empresa encerrou 2012 com 17 lojas no exterior, havendo duas inaugurações no ano - uma no Uruguai e outra no Paraguai.

As vendas no mercado internacional foram impactadas positivamente pela reestruturação bem sucedida das operações no Uruguai, câmbio favorável a exportações e retomada na performance de vendas para o canal multimarcas no final do ano.

A Companhia continua buscando oportunidades de explorar o potencial de suas marcas na América Latina, apesar dos obstáculos existentes no modelo de exportação a partir do Brasil.



### Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos cresceu 16,5%, ou R\$ 114,8 milhões, passando de R\$ 697,4 milhões em 2011, para R\$ 812,1 milhões em 2012, devido principalmente, ao reflexo do aumento da receita bruta de vendas, combinado à pressão proveniente de câmbio desvalorizado sobre importados e custos maiores de frete e horas extras incorridas nas áreas produtivas no final do ano.

O lucro bruto aumentou 3,6%, ou R\$ 23,3 milhões, passando de R\$ 655,8 milhões em 2011 para R\$ 679,2 milhões em 2012. O aumento do lucro bruto em 2012 foi menor que em 2011, principalmente em função dos itens que afetaram custos mencionados anteriormente e do maior nível de desconto concedido sobre produtos restantes das coleções de outono/inverno.

Conseqüentemente, a margem bruta reduziu 3,0 pontos percentuais, passando de 48,5% em 2011 para 45,5% em 2012.

### Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 5,3 %, ou R\$ 15,3 milhões, passando de R\$ 290,7 milhões em 2011 para R\$ 306,0 milhões em 2012, devido aos fatores explicados abaixo:

#### Despesas com Vendas

Aumento das despesas com vendas em 14,3%, ou R\$ 30,5 milhões, passando de R\$ 212,5 milhões em 2011 para R\$ 243,0 milhões em 2012, em função de (i) aumento de 8,7%, ou R\$ 7,5 milhões, das despesas variáveis de venda, devido ao aumento da receita bruta de vendas e respectivo pagamento de comissões, fretes e outras despesas relacionadas às vendas, e (ii) aumento geral das despesas fixas de venda de 18,2% ou R\$ 23,0 milhões, especialmente em (a) despesas com aluguéis que aumentaram em 21,4%, ou R\$ 3,8 milhões, devido a renovação de contratos de aluguéis de algumas das lojas próprias que apresentaram aumento relevante em relação ao contrato anterior e ao aumento do número de lojas próprias; (b) despesas com marketing, que aumentaram em 29,3%, ou R\$ 8,2 milhões, devido ao aumento de divulgações em mídia; (c) despesas com salários, encargos e benefícios que aumentaram 7,2% ou R\$ 3,8 milhões, devido aumento do número de funcionários da retaguarda de vendas e das lojas próprias.

#### Despesas Gerais e Administrativas

Aumento das despesas gerais e administrativas em 17,9%, ou R\$ 5,5 milhões, passando de R\$ 30,6 milhões em 2011 para R\$ 36,0 milhões em 2012. Essa variação é decorrente principalmente da manutenção de gastos e aumento nas despesas com salários e encargos provenientes da data base da categoria, bem como gastos com projetos de consultoria.

#### Remuneração de Administradores

Aumento das despesas com remuneração de administradores em 7,3%, ou R\$ 0,5 milhões, de R\$ 6,5 milhões em 2011 para R\$ 7,0 milhões em 2012, devido a aumento nas despesas com salários e encargos provenientes da data base da categoria.

#### Depreciação e Amortização

Aumento da depreciação e amortização em 11,7%, ou R\$ 1,8 milhões, passando de R\$ 15,5 milhões em 2011 para R\$ 17,3 milhões em 2012. Esse aumento foi principalmente devido ao aumento dos investimentos destinados à área industrial e à infraestrutura de TI.

#### Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Redução no grupo de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, em R\$ 2,2 milhões, passando de R\$ 3,2 milhões em 2011 para R\$ 1,0 milhão em 2012. Essa variação ocorreu em função de eventos não-recorrentes que haviam impactado positivamente o ano de 2011 (ganho de créditos tributários).

#### Resultado Financeiro

A Cia. Hering obteve um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 37,3 milhões em 2012, comparado a R\$ 29,7 milhões em 2011. O aumento do resultado financeiro em R\$ 7,6 milhões ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores (i) aumento nos rendimentos de aplicação financeira de R\$ 5,1 milhões em 2012; (ii) aumento em outras receitas financeiras de R\$ 4,9 milhões em 2012, principalmente em função da dispensa de pagamento de parcela do empréstimo do BNDES por comprovação da adimplência durante o período de vigência do contrato e (iii) redução de R\$ 3,9 milhões no montante de juros sobre tributos recuperados devido a valor não recorrente reconhecido em 2011, de atualização monetária de tributos.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes apresentaram uma redução de 4,9% em 2012, ou R\$ 4,9 milhões, passando de R\$ 100,8 milhões em 2011 para R\$ 95,9 milhões em 2012. Essa redução da despesa de imposto de renda se deu principalmente em função de maior constituição de subvenções para investimentos (R\$ 13,6 milhões em 2011 e R\$ 15,2 milhões em 2012) e pagamento de juros sobre capital próprio (R\$ 10,6 milhões em 2011 e R\$ 14,3 milhões em 2012) em 2012.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 2012 apresentaram redução de 207,4% ou R\$ 6,8 milhões, passando de R\$ 3,3 milhões em 2011 para (R\$ 3,5 milhões) em 2012. Essa variação deveu-se principalmente a: (i) (R\$ 4,3 milhões) referentes a constituição sobre adições temporárias em 2012, e R\$ 0,6 milhão referente a adição (exclusão) temporária de benefícios a empregados.

#### Lucro Líquido

Foi registrado um crescimento do lucro líquido de 4,6%, ou R\$ 13,7 milhões, passando de R\$ 297,3 milhões em 2011 para R\$ 311,0 milhões em 2012. Os principais fatores associados a estes resultados são:

Resultado operacional mais fraco com baixo crescimento de EBITDA e queda de margem EBITDA, em parte compensados por:

- (iv) Aumento na receita financeira líquida devido ao maior nível de despesa financeira no ano de 2011 em variação cambial, quando houve alta significativa na cotação do dólar, e
- (v) Menor incidência de imposto de renda e contribuição social, em função de maior constituição de subvenções para investimentos e pagamento de juros sobre capital próprio em 2012.

## EBITDA

Reconciliação EBITDA  (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2011	2012	Varição 2011 - 2012	%
Lucro líquido do exercício	297.274	311.014	13.740	4,6%
(+) IR, CS e Participações	97.540	99.455	1.915	2,0%
(-) Receita Financeira Líquida	(29.696)	(37.339)	(7.643)	25,7%
(+) Depreciações e Amortizações	29.346	34.266	4.920	16,8%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>394.464</b>	<b>407.396</b>	<b>12.932</b>	<b>3,3%</b>
Margem EBITDA	29,1%	27,3%	1,8 p.p	

O EBITDA aumentou 3,3%, ou R\$ 12,9 milhões, passando de R\$ 394,5 milhões em 2011 para R\$ 407,4 milhões em 2012, cujos principais fatores associados a estes resultados são:

- Crescimento de 8,9% na **receita bruta de vendas**.
- Queda de -3,0 p.p. na **margem bruta** em 2012 devido a: (i) maior nível de desconto concedido sobre produtos restantes das coleções de outono/inverno; (ii) pressão proveniente de câmbio desvalorizado sobre importados e (iii) custos maiores de frete e horas extras incorridas nas áreas produtivas no final do ano.
- Redução significativa de despesas com **participação nos resultados** de -87,2% em 2012, em função do não atingimento de indicadores de desempenho.
- Redução em **outras receitas (despesas) operacionais** em -68,5% (R\$ 2,2 milhões) no ano devido a eventos não recorrentes que haviam impactado positivamente o ano de 2011 (ganho de créditos tributários).

### Balço Patrimonial 2011 x 2012 x 2013

Análise das principais variações nas contas dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2011, 2012, e 2013:

<b>Balço Patrimonial Consolidado IFRS - Ativo</b> <i>(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)</i>	<b>2011</b>	<b>AV %</b>	<b>2012</b>	<b>AV %</b>	<b>Varição 2011 - 2012</b>	<b>%</b>	<b>2013</b>	<b>AV %</b>	<b>Varição 2012 - 2013</b>	<b>%</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	199.849	18,0%	193.470	16,4%	(6.379)	-3,2%	140.710	10,8%	(52.760)	-27,3%
Contas a receber de clientes	361.867	32,7%	429.482	36,3%	67.615	18,7%	478.287	36,8%	48.805	11,4%
Estoques	217.357	19,6%	210.996	17,8%	(6.361)	-2,9%	295.569	22,8%	84.573	40,1%
Impostos a recuperar	13.778	1,2%	13.241	1,1%	(537)	-3,9%	11.466	0,9%	(1.775)	-13,4%
Outras contas a receber	7.756	0,7%	3.574	0,3%	(4.182)	-53,9%	8.577	0,7%	5.003	140,0%
Despesas antecipadas	649	0,1%	423	0,0%	(226)	-34,8%	385	0,0%	(38)	-9,0%
<b>Total do circulante</b>	<b>801.256</b>	<b>72,3%</b>	<b>851.186</b>	<b>72,0%</b>	<b>49.930</b>	<b>6,2%</b>	<b>934.994</b>	<b>72,0%</b>	<b>83.808</b>	<b>9,8%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>										
<b>Realizável em longo prazo</b>										
Aplicações financeiras	937	0,1%	1.016	0,1%	79	8,4%	1.069	0,1%	53	5,2%
Impostos a recuperar	8.676	0,8%	9.189	0,8%	513	5,9%	5.517	0,4%	(3.672)	-40,0%
Impostos diferidos	21.233	1,9%	18.491	1,6%	(2.742)	-12,9%	16.447	1,3%	(2.044)	-11,1%
Outras contas a receber	7.948	0,7%	6.798	0,6%	(1.150)	-14,5%	8.145	0,6%	1.347	19,8%
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>38.794</b>	<b>3,5%</b>	<b>35.494</b>	<b>3,0%</b>	<b>(3.300)</b>	<b>-8,5%</b>	<b>31.178</b>	<b>2,4%</b>	<b>(4.316)</b>	<b>-12,2%</b>
Imobilizado	238.638	21,5%	256.486	21,7%	17.848	7,5%	278.117	21,4%	21.631	8,4%
Intangível	29.338	2,6%	39.168	3,3%	9.830	33,5%	54.669	4,2%	15.501	39,6%
<b>Total do não circulante</b>	<b>306.770</b>	<b>27,7%</b>	<b>331.148</b>	<b>28,0%</b>	<b>24.378</b>	<b>7,9%</b>	<b>363.964</b>	<b>28,0%</b>	<b>32.816</b>	<b>9,9%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.108.026</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.182.334</b>	<b>100,0%</b>	<b>74.308</b>	<b>6,7%</b>	<b>1.298.958</b>	<b>100,0%</b>	<b>116.624</b>	<b>9,9%</b>

<b>Balço Patrimonial Consolidado IFRS - Passivo</b>										
<i>(Em milhares de Reais, exceto os percentuais)</i>	2011	AV %	2012	AV %	Varição 2011 - 2012	%	2013	AV %	Varição 2012 - 2013	%
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>										
Empréstimos e financiamentos	11.800	1,1%	24.555	2,1%	12.755	108,1%	2.092	0,2%	(22.463)	-91,5%
Fornecedores	124.558	11,2%	154.688	13,1%	30.130	24,2%	153.138	11,8%	(1.550)	-1,0%
Salários e encargos sociais	27.851	2,5%	36.191	3,1%	8.340	29,9%	36.641	2,8%	450	1,2%
Parcelamentos tributários e previdenciários	8.223	0,7%	7.527	0,6%	(696)	-8,5%	3.916	0,3%	(3.611)	-48,0%
Imposto de renda e contribuição social	45.264	4,1%	29.876	2,5%	(15.388)	-34,0%	43.717	3,4%	13.841	46,3%
Obrigações tributárias	15.959	1,4%	20.683	1,7%	4.724	29,6%	18.994	1,5%	(1.689)	-8,2%
Provisões para contingências e outras provisões	35.969	3,2%	22.033	1,9%	(13.936)	-38,7%	29.918	2,3%	7.885	35,8%
Obrigações por incentivos fiscais	4.678	0,4%	11.614	1,0%	6.936	148,3%	16.840	1,3%	5.226	45,0%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	421	0,0%	443	0,0%	22	5,2%	500	0,0%	57	12,9%
Outras contas a pagar	6.719	0,6%	7.369	0,6%	650	9,7%	7.029	0,5%	(340)	-4,6%
<b>Total do circulante</b>	<b>281.442</b>	<b>25,4%</b>	<b>314.979</b>	<b>26,6%</b>	<b>33.537</b>	<b>11,9%</b>	<b>312.785</b>	<b>24,1%</b>	<b>(2.194)</b>	<b>-0,7%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>										
Empréstimos e financiamentos	23.122	2,1%	152	0,0%	(22.970)	-99,3%	22.339	1,7%	22.187	14596,7%
Parcelamentos tributários e previdenciários	21.725	2,0%	14.772	1,2%	(6.953)	-32,0%	11.697	0,9%	(3.075)	-20,8%
Impostos diferidos	5.121	0,5%	-	0,0%	(5.121)	-100,0%	-	0,0%	-	N.D
Provisões para contingências e outras provisões	9.486	0,9%	11.747	1,0%	2.261	23,8%	9.815	0,8%	(1.932)	-16,4%
Obrigações por incentivos fiscais	42.759	3,9%	37.241	3,1%	(5.518)	-12,9%	25.417	2,0%	(11.824)	-31,7%
Benefícios a empregados	13.155	1,2%	19.121	1,6%	5.966	45,4%	9.507	0,7%	(9.614)	-50,3%
Outras contas a pagar	405	0,0%	322	0,0%	(83)	-20,5%	140	0,0%	(182)	-56,5%
<b>Total do não circulante</b>	<b>115.773</b>	<b>10,4%</b>	<b>83.355</b>	<b>7,1%</b>	<b>(32.418)</b>	<b>-28,0%</b>	<b>78.915</b>	<b>6,1%</b>	<b>(4.440)</b>	<b>-5,3%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>										
Capital social	229.879	20,7%	235.974	20,0%	6.095	2,7%	239.435	18,4%	3.461	1,5%
Reserva de capital	3.911	0,4%	6.602	0,6%	2.691	68,8%	10.209	0,8%	3.607	54,6%
Reserva de lucros	362.359	32,7%	413.371	35,0%	51.012	14,1%	597.557	46,0%	184.186	44,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	8.432	0,8%	8.170	0,7%	(262)	-3,1%	10.064	0,8%	1.894	23,2%
Dividendos adicionais propostos	106.230	9,6%	119.883	10,1%	13.653	12,9%	49.993	3,8%	(69.890)	-58,3%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>710.811</b>	<b>64,2%</b>	<b>784.000</b>	<b>66,3%</b>	<b>73.189</b>	<b>10,3%</b>	<b>907.258</b>	<b>69,8%</b>	<b>123.258</b>	<b>15,7%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.108.026</b>	<b>100%</b>	<b>1.182.334</b>	<b>100%</b>	<b>74.308</b>	<b>6,7%</b>	<b>1.298.958</b>	<b>100%</b>	<b>116.624</b>	<b>9,9%</b>

## Ativo

### Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo circulante era de R\$ 851,2 milhões, apresentando um aumento de 6,2% se comparado a 31 de dezembro de 2011. Essa alteração foi resultado, principalmente; (i) do aumento de contas a receber em R\$ 67,6 milhões, reflexo do aumento do faturamento no período; (ii) da redução de estoques de R\$ 6,4 milhões em função de maior controle e de demanda no final do ano acima do planejado, e (iii) redução de caixa e equivalentes de R\$ 6,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo circulante era de R\$ 935,0 milhões, apresentando um aumento de 9,8% se comparado a 31 de dezembro de 2012. Essa alteração foi resultado, principalmente; (i) do aumento de contas a receber em R\$ 48,8 milhões, reflexo do aumento do faturamento no período; (ii) do aumento de estoques de R\$ 84,6 milhões em função da antecipação de produção devido previsão

do Go-live SAP e pelo nível abaixo da média dos estoques em 31 de dezembro de 2012, e (iii) redução de caixa e equivalentes de R\$ 52,7 milhões.

A participação do ativo circulante no ativo total foi de 72,3% em 31 de dezembro de 2011 e 72,0% em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013.

#### Não Circulante

##### Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2012, o realizável a longo prazo era de R\$ 35,5 milhões, apresentando uma redução de 8,5% se comparado a 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi resultado, principalmente, (i) da redução de impostos diferidos em R\$ 2,7 milhões, e; (ii) da redução em outras contas a receber de R\$ 1,1 milhões em função da transferência para o circulante de valores a receber conforme prazo de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013, o realizável a longo prazo era de R\$ 31,2 milhões, apresentando uma redução de 12,2% se comparado a 31 de dezembro de 2012. Essa variação foi resultado, principalmente, da redução de impostos a recuperar e diferidos em R\$ 3,7 e R\$ 2,0 milhões, respectivamente.

A participação do realizável a longo prazo no ativo total foi de 3,5% em 31 de dezembro de 2011, 3,0% em 31 de dezembro de 2012 e 2,4% em 31 de dezembro de 2013.

##### Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2012, o imobilizado era de R\$ 256,5 milhões, apresentando um aumento de 7,5% se comparado a 31 de dezembro de 2011. Essa variação se justifica por aquisições de imobilizado no montante de R\$ 44,1 milhões e baixas e depreciações no montante de R\$ 26,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, o imobilizado era de R\$ 278,1 milhões, apresentando um aumento de 8,4% se comparado a 31 de dezembro de 2012. Essa variação se justifica por aquisições de imobilizado no montante de R\$ 49,6 milhões e baixas e depreciações no montante de R\$ 28,0 milhões.

A participação do imobilizado no ativo total foi de 21,5% em 31 de dezembro de 2011, 21,7% em 31 de dezembro de 2012 e 21,4% em 31 de dezembro de 2013.

##### Intangível

Em 31 de dezembro de 2012, o intangível era de R\$ 39,2 milhões, apresentando um aumento de 33,5% se comparado a 31 de dezembro de 2011. Essa variação se justifica pela aquisição de fundos de comércio (lojas próprias), marcas e patentes e software no montante de R\$ 19,3 milhões e amortização no montante de R\$ 9,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, o intangível era de R\$ 54,7 milhões, apresentando um aumento de 39,6% se comparado a 31 de dezembro de 2012. Essa variação se justifica pela aquisição de fundos de comércio (lojas próprias), marcas e patentes e software no montante de R\$ 22,5 milhões e amortização no montante de R\$ 7,1 milhões.

A participação do ativo intangível no ativo total foi de 2,6% em 31 de dezembro de 2011, 3,3% em 31 de dezembro de 2012 e 4,2% em 31 de dezembro de 2013.

## Passivo

### Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o passivo circulante era de R\$ 315,0 milhões, apresentando um aumento de 11,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. As principais movimentações relacionadas a este grupo dizem respeito (i) aumento de financiamentos e empréstimos em R\$ 12,7 milhões devido a transferência para o curto prazo; (ii) aumento de fornecedores de R\$ 30,1 milhões devido a aumento do volume de compras; (iii) redução de provisões para contingências e outras provisões de R\$ 13,9 milhões referente principalmente a rubrica de provisão para participação nos resultados em função do não atingimento de indicadores de desempenho.

Em 31 de dezembro de 2013, o passivo circulante era de R\$ 312,8 milhões, apresentando redução de 0,7% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. As principais movimentações relacionadas a este grupo dizem respeito (i) redução de financiamentos e empréstimos em R\$ 22,5 milhões devido a liquidação de operações; e (ii) aumento de imposto de renda e contribuição social de R\$ 13,8 milhões em função de redução do incentivo fiscal sobre importados e o fim do tratamento do mesmo como subvenção para investimento.

A participação do passivo circulante no passivo total foi de 25,4% em 31 de dezembro de 2011, 26,6% em 31 de dezembro de 2012 e 24,1% em 31 de dezembro de 2013.

### Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o passivo não circulante era de R\$ 83,4 milhões, apresentando uma redução de 28,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Essa variação foi ocasionada pelos seguintes fatores: (i) redução de financiamentos e empréstimos de R\$ 22,9 milhões, devido a transferência para o curto prazo e liquidação de operações; (ii) redução de parcelamentos tributários e previdenciários e incentivos fiscais de R\$ 12,5 milhões, devido ao pagamento das parcelas do REFIS IV e Prodec; (iii) aumento na linha benefícios a empregados de R\$ 5,9 milhões, devido ao reconhecimento do passivo atuarial anual do plano de saúde e plano de previdência privada.

Em 31 de dezembro de 2013, o passivo não circulante era de R\$ 78,9 milhões, apresentando uma redução de 5,3% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Essa variação foi ocasionada pelos seguintes fatores: (i) aumento de financiamentos e empréstimos de R\$ 22,1 milhões, devido a captação de recurso de longo prazo; (ii) redução de parcelamentos tributários e previdenciários e incentivos fiscais de R\$ 14,9 milhões, devido ao pagamento das parcelas do REFIS IV; (iii) redução na linha benefícios a empregados de R\$ 9,6 milhões, devido a baixa do passivo atuarial anual do plano de saúde e plano de previdência privada.

A participação do não circulante no passivo total foi de 10,4% em 31 de dezembro de 2011, e 7,1% em 31 de dezembro de 2012, e 6,1% em 31 de dezembro de 2013.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido era de R\$ 784,0 milhões, apresentando um aumento de 10,3% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi verificado principalmente em razão do resultado líquido gerado neste período no montante de R\$ 311,0 milhões, dos quais: (i) R\$ 69,1 milhões foram utilizados para constituição de reservas (o total da reserva constituída em 2012 foi de R\$ 69,1 milhões, sendo R\$ 14,3 milhões de reserva legal, R\$ 50,2 milhões de reserva de incentivos fiscais, R\$ 4,6 milhões de reserva de retenção de lucros) e absorção de lucros acumulados de R\$ 0,6 milhões de perda atuarial plano de previdência privada, R\$ 2,3 milhões de ganho atuarial plano de saúde e R\$ 0,2 milhões de realização de correção monetária), (ii) R\$ 142,0 milhões distribuídos como dividendos e juros sobre capital próprio, e (iii) R\$ 101,8 milhões destinados como dividendos adicionais propostos.

Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido era de R\$ 907,3 milhões, apresentando um aumento de 15,7% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento foi verificado principalmente em razão do resultado líquido gerado neste período no montante de R\$ 318,2 milhões, dos quais: (i) R\$ 184,1 milhões foram utilizados para constituição de reservas (o total da reserva constituída em 2013 foi de R\$ 184,1 milhões, sendo R\$ 0,6 milhões de reserva legal, R\$ 26,4 milhões de reserva de incentivos fiscais, R\$ 157,1 milhões de reserva de retenção de lucros) e absorção de lucros acumulados de R\$ 1,3 milhões de ganho atuarial plano de previdência privada, R\$ 2,9 milhões de ganho atuarial plano de saúde e R\$ 0,2 milhões de realização de correção monetária), (ii) R\$ 88,5 milhões distribuídos como dividendos e juros sobre capital próprio, e (iii) R\$ 50,0 milhões destinados como dividendos adicionais propostos.

#### Fluxo de Caixa 2011 x 2012 x 2013

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Em 31 de dezembro de									
	2011	AV %	2012	AV %	Variação 2011 - 2012	%	2013	AV %	Variação 2012 - 2013	%
Atividades operacionais	267.341	313%	309.731	-4855%	42.390	16%	224.638	-426%	(85.093)	-27%
Atividades de investimento	(47.501)	-56%	(63.489)	995%	(15.988)	34%	(72.217)	137%	(8.728)	14%
Atividades de financiamento	(134.540)	-158%	(252.621)	3960%	(118.081)	88%	(205.181)	389%	47.440	-19%
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>85.300</b>	<b>100%</b>	<b>(6.379)</b>	<b>100%</b>	<b>(91.679)</b>	<b>-107%</b>	<b>(52.760)</b>	<b>100%</b>	<b>(46.381)</b>	<b>727%</b>

#### Atividades Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 309,7 milhões, R\$ 42,4 milhões acima dos R\$ 267,3 milhões gerados no mesmo período de 2011.

A variação é explicada por: (i) aumento do lucro líquido de R\$ 13,8 milhões; (ii) ajustes nos itens não caixa de mais R\$ 9,2 milhões – composto pelas variações de impostos diferidos (mais R\$ 6,8 milhões), variações monetária, cambial e juros não realizados (menos R\$ 1,9 milhões), depreciações e amortizações (mais R\$ 4,9 milhões), e outros (menos R\$ 0,6 milhões) e; (iii) aumento nos ativos e passivos de R\$ 19,4 milhões – composto pelas variações de estoques (mais R\$ 33,3 milhões), variações de contas a receber (mais R\$ 1,4 milhões), variação em impostos a recuperar (mais R\$ 7,3 milhões), variações de fornecedores (mais R\$ 28,0 milhões), variação em obrigações tributárias em (menos R\$ 53,8 milhões) e outros (mais R\$ 3,2 milhões).



No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 224,6 milhões, R\$ 85,1 milhões abaixo dos R\$ 309,7 milhões gerados no mesmo período de 2012.

A variação é explicada por: (i) aumento do lucro líquido de R\$ 7,1 milhões; (ii) ajustes nos itens não caixa de menos R\$ 2,5 milhões – composto pelas variações de impostos diferidos (menos R\$ 4,6 milhões), variações monetária, cambial e juros não realizados (menos R\$ 1,4 milhões), depreciações e amortizações (menos R\$ 0,2 milhões), e outros (mais R\$ 3,7 milhões) e; (iii) redução nos ativos e passivos de R\$ 89,7 milhões – composto pelas variações de estoques (menos R\$ 90,9 milhões), variações de contas a receber (mais R\$ 15,5 milhões), variação em impostos a recuperar (mais R\$ 5,4 milhões), variações de fornecedores (menos R\$ 31,7 milhões), variação em obrigações tributárias em (mais R\$ 15,8 milhões) e outros (menos R\$ 3,8 milhões).

#### Atividades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2012 o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 63,5 milhões, resultando em uma variação de R\$ 16,0 milhões em relação ao caixa aplicado no valor de R\$ 47,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. A variação é explicada pelo aumento nas aquisições do ativo imobilizado e intangível em relação ao ano anterior de R\$ 16 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013 o caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 72,2 milhões, resultando em uma variação de R\$ 8,7 milhões em relação ao caixa aplicado no valor de R\$ 63,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação é explicada pelo aumento nas aquisições do ativo imobilizado e intangível em relação ao ano anterior de R\$ 8,7 milhões.

#### Atividades de Financiamento

Em 31 de dezembro de 2012 o caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos no exercício foi de R\$ 252,6 milhões, variação de R\$ 118,1 milhões em relação aos R\$ 134,5 milhões proveniente das atividades de financiamentos no mesmo período de 2011. Essa variação ocorreu em função de: (i) variação de aumento de capital (mais R\$ 2,5 milhões); (ii) pagamento de empréstimos (mais R\$ 9,6 milhões); (iii) variação de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (menos R\$ 128,9 milhões) e; (vi) outros (menos R\$ 1,3 milhões).

Em 31 de dezembro de 2013 o caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos no exercício foi de R\$ 205,2 milhões, variação de R\$ 47,4 milhões em relação aos R\$ 252,6 milhões proveniente das atividades de financiamentos no mesmo período de 2012. Essa variação ocorreu em função de: (i) variação de aumento de capital (menos R\$ 2,6 milhões); (ii) pagamento de empréstimos (menos R\$ 4,7 milhões); (iii) variação de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (mais R\$ 39,9 milhões); (vi) empréstimos tomados (mais R\$ 14,8).

### **10.2. Os diretores devem comentar:**

a. *resultados das operações do emissor, em especial:*

i. *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Quase a totalidade (99%, 99% e 98% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2011, 2012 e 2013, respectivamente) da receita bruta de vendas é denominada em reais e provém da venda dos produtos em todo o território nacional para clientes varejistas, que realizam a venda para o consumidor final, bem como das vendas das próprias lojas ao consumidor final.

*ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A receita operacional líquida aumentou 10,2%, de R\$ 1.353,2 milhões em 2011 para R\$ 1.941,3 milhões em 2012. Em 2013 a receita operacional líquida apresentou um aumento de 12,6% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.679,8 milhões. Nos dois períodos o aumento deve-se principalmente ao crescimento de vendas conquistado pelas marcas da Companhia no mercado interno, sendo em três das quatro marcas (Hering, Hering Kids e PUC) em 2012 e nas quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.) em 2013, com destaque para o desempenho de vendas brutas da marca Hering, que cresceu 32,1% e 8,7% em 2011 e 2012, respectivamente e 12,0% em 2013. Acreditamos que isso se deve ao alto potencial da marca explorado a partir da expansão da rede Hering Store, tanto através da abertura de novas lojas quanto do crescimento de vendas no conceito mesmas lojas, e da distribuição no canal varejo multimarca.

*b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2011, 2012 e 2013 são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas, principalmente da marca Hering, por conta da implementação bem sucedida da estratégia de negócios da Companhia introduzida a partir de 2007, que consiste em explorar o potencial de crescimento das quatro marcas (Hering, Hering Kids, PUC e dzarm.), com destaque para Hering.

Este plano estratégico de crescimento para o quadriênio 2007-2010 que priorizava o foco na força da marca "Hering" como principal vetor de crescimento da Companhia, e na estrutura de varejo, tinha como objetivo aumentar a participação no mercado nacional. As principais diretrizes da estratégia podem ser sumarizadas nos seguintes pontos: (i) reposicionar a marca "Hering" como moda acessível; (ii) aumentar a oferta de crédito na Rede Hering Store, através da operação do cartão de crédito Hering Store; (iii) expandir e fortalecer a Rede Hering Store (franqueada e própria) e; (iv) incrementar as vendas no varejo multimarcas.

*c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor*

As operações da Companhia podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem taxa de inflação, a variação do preço de insumos e produtos, taxa de câmbio e de juros. Apesar de não ser possível estimar o impacto de cada um desses itens dada a complexidade dos negócios, em termos gerais, um aumento da inflação ou do preço de insumos e produtos ou da taxa de juros, assim como uma desvalorização da moeda tendem a ter um impacto adverso sobre os negócios da Companhia. Por outro lado, se a inflação ou o preço dos insumos e produtos ou a taxa de juros diminuem, cada um desses fatores tenderá a impactar positivamente o resultado da Companhia. Da mesma forma, como a Companhia não quantifica a influência desses impactos nos seus resultados operacionais ou receitas financeiras, as variações de preços dos principais insumos e produtos podem impactar diretamente nossa margem bruta, mas a Companhia pode decidir transferir esse aumento de custos aos seus consumidores, quando considerado apropriado.

Variações em razão das taxas de câmbio

Mudanças na taxa de câmbio podem gerar custos maiores ou menores para a Companhia. Dessa forma, se o reajuste praticado for diretamente proporcional ao reajuste dos custos, o resultado operacional não se modifica. Entretanto, qualquer outra movimentação pode gerar ganhos ou perdas de margem bruta, o que impactaria nosso resultado operacional.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações de matéria-prima, produto acabado e tecidos. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha o montante de USD 46.110,00 milhões em cartas de crédito referentes à importações contratadas junto aos fornecedores.

A Companhia mantinha operações de “compra” de moeda à termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, designadas como hedge accounting a partir de 01 de novembro de 2013, cujo objeto de hedge refere-se às importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o hedge de fluxo de caixa (“cashflow hedge”). Essas operações de derivativos são contabilizados no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Essas operações de derivativos foram contratadas junto aos bancos Santander e HSBC, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo	Reconhecido em		
					Outros resultados abrangentes	Resultado operacional	Resultado financeiro
24/09/2013	02/01/2014	5.000	2,2600	413	145	197	70
25/09/2013	02/01/2014	5.000	2,2775	326	386	-	(60)
24/09/2013	03/02/2014	5.000	2,2629	587	472	-	115
30/09/2013	03/02/2014	5.000	2,3015	396	490	-	18
02/10/2013	03/02/2014	5.000	2,2600	602	490	-	60
02/10/2013	03/02/2014	2.500	2,2587	304	245	-	47
02/10/2013	05/03/2014	2.500	2,2779	275	227	-	95
02/10/2013	05/03/2014	5.000	2,2779	549	454	-	-
16/12/2013	05/03/2014	2.000	2,3675	43	43	-	-
27/11/2013	01/04/2014	2.300	2,3725	55	55	-	-
27/11/2013	02/05/2014	5.400	2,3885	207	207	-	-
		<u>44.700</u>		<u>3.757</u>	<u>3.214</u>	<u>197</u>	<u>345</u>

Variações em razão da inflação

A Companhia não pode medir o impacto da inflação nas suas receitas. A inflação não implica necessariamente mudança do preço de venda de seus produtos ou nos seus custos, que podem gerar ou não reajuste no nosso preço final de venda. Se o reajuste de preços praticados for diretamente proporcional ao reajuste dos custos, nosso resultado operacional não é afetado, mas do contrário, sim.

Além disso, a inflação local pode afetar itens como salários e remuneração e despesas gerais, e conseqüentemente interferir na lucratividade da Companhia.

**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

*a. introdução ou alienação de segmento operacional*

Não há introdução ou alienação de segmento operacional.

*b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

*c. eventos ou operações não usuais*

Não há eventos ou operações não usuais que a Administração entenda como relevantes de divulgação.

**10.4. Os diretores devem comentar:**

*a. mudanças significativas nas práticas contábeis*

Demonstrações financeiras de 31.12.11

No exercício de 2011 houve mudança de prática contábil, na forma de reconhecimento dos estoques importados, a Companhia passou a registrar como estoque as mercadorias embarcadas por seus fornecedores estrangeiros em operações de importação FOB. Essa alteração não impacta resultado nem fluxo de caixa.

Demonstrações financeiras de 31.12.12

No exercício de 2012 não houve mudança de prática contábil, não havendo, portanto, impactos na posição patrimonial ou resultado do exercício.

A partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 há normas publicadas que podem produzir impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir daquela data. Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38,39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (CPC 36 (R3)) - a IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 11 – Joint Ventures (CPC 18 (R2)) - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e a Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades (CPC 45) - a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo (CPC 46) - a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas:

IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (CPC 26 (R1)) – apresentação de itens de “Outros resultados abrangentes”, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012. Esta norma não produziu efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia;

IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (CPC 36) – como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IAS 28 – Investimentos em Coligadas (CPC 18 (R2)) – como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser a IAS 28 – Investimentos em Associadas, *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimento em joint ventures, além do investimento em associadas, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e a Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção.

IAS32 – Instrumentos financeiros – Apresentação (CPC 39): adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Demonstrações financeiras de 31.12.13

No exercício de 2013 não houve mudança de prática contábil, não havendo, portanto, impactos na posição patrimonial ou resultado do exercício.

A partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 há normas publicadas que podem produzir impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir daquela data. Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38,39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS, conforme segue:

IAS32 – Instrumentos financeiros – Apresentação (CPC 39) - adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

*b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

No exercício de 2011 não houve efeitos significativos por alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, pois a alteração não impacta resultado nem fluxo de caixa.

No exercício de 2012 não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, não havendo, portanto, impactos na posição patrimonial ou resultado do exercício nem fluxo de caixa.

No exercício de 2013 não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, não havendo, portanto, impactos na posição patrimonial ou resultado do exercício nem fluxo de caixa.

*c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Demonstrações financeiras de 31.12.11

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, contém parágrafo de ênfase relacionado à apresentação das demonstrações financeiras individuais, devido ao fato de que as citadas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Demonstrações financeiras de 31.12.12

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, contém parágrafo de ênfase relacionado à apresentação das demonstrações financeiras individuais, devido ao fato de que as citadas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

## Demonstrações financeiras de 31.12.13

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, contém parágrafo de ênfase relacionado à apresentação das demonstrações financeiras individuais, devido ao fato de que as citadas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas para registrar determinados ativos, passivos e transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, algumas estimativas relacionadas à vida útil de propriedades e equipamentos, provisões para passivos contingentes, provisões para tributos, provisão para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, planos de pensão, estoques e outros itens similares.

As políticas e estimativas contábeis críticas são aquelas que têm relevância para retratar a condição financeira e o resultado operacional e cuja determinação pela administração é mais subjetiva e complexa, exigindo a utilização de estimativas e premissas sobre assuntos que são inerentemente incertos. Muito embora foram revisadas as estimativas e premissas periodicamente, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas e premissas poderá afetar a situação patrimonial e financeira, bem como os resultados das operações por resultar em valores diferentes dos estimados.

É apresentado a seguir uma discussão sobre o que se considera políticas contábeis críticas da Companhia, incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade a que essas estimativas estão sujeitas.

### Reconhecimento de receitas e custos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe



evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Os custos dos produtos são registrados pelo valor de custo médio de aquisição e produção e compreendem os custos com matérias-primas, embalagens, mão-de-obra direta e indireta de fabricação dos produtos e gastos gerais de fabricação, tais como: energia elétrica, água, conservação do parque industrial, depreciação dos ativos industriais e instalações do parque fabril.

#### Deterioração, depreciação e amortização de bens do imobilizado

É avaliada periodicamente, a necessidade de testes sobre a recuperabilidade de ativos (ou grupos de ativos) de vida longa com base em vários indicadores, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração avalia a ocorrência de algum evento adverso, tal como uma redução significativa no valor de mercado de algum bem do imobilizado ou alteração adversa significativa na forma com que um ativo de vida longa esteja sendo utilizado, analisando várias suposições e estimativas que, por sua vez, podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas e da indústria, taxas de juros, taxas cambiais, mudanças estratégicas de negócios e nos tipos de produtos oferecidos ao mercado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos imobilizados.

De acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, a Cia. Hering reconhece as despesas relacionadas à depreciação e amortização do imobilizado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A vida útil dos ativos é revisada periodicamente com base em fatos e circunstâncias existentes. A determinação das vidas úteis exige um julgamento subjetivo, sendo inerentemente incerta devido a mudanças tecnológicas e à concorrência na indústria, que são fatores que podem causar uma obsolescência precoce dos bens do imobilizado. Caso seja obrigado a fazer alterações relevantes nas premissas originais, as despesas de depreciação, baixas por obsolescência e o valor contábil líquido do imobilizado podem diferir significativamente em relação às premissas originalmente adotadas.

#### Provisão para contingências

Constituí-se provisões para contingências no balanço, com base no parecer dos advogados externos contratados, para os casos em que os processos trabalhistas, tributários e cíveis são estimados em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Não se constitui provisões para contingências consideradas como perdas possíveis ou remotas pelos assessores jurídicos. Avaliam-se continuamente as estimativas e premissas da provisão para contingências, com base em consultas aos consultores internos e externos e advogados externos contratados, e considerando fatos e circunstâncias relevantes que possam ter um efeito material sobre o resultado operacional e do patrimônio líquido. Apesar da administração acreditar que a provisão para atuais contingências é adequada, a liquidação das ações judiciais envolve montantes que poderão resultar em valores divergentes da provisão para contingências estabelecidas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Cia. Hering estabelece provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base nas estimativas da administração, em montante que se considera suficiente para fazer frente a perdas prováveis na liquidação de créditos. Nesta determinação, analisa-se cada crédito individualmente e se levam em consideração as taxas históricas de inadimplência. Este processo exige um determinado grau de discricionariedade por parte da Administração devido a incertezas das premissas envolvidas, tais como a situação financeira dos devedores, assim como as tendências econômicas. Caso o valor de provisão para créditos de liquidação duvidosa seja inferior aos valores baixados como perda, um aumento da provisão poderá ser necessário.

#### Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite, entre outras situações, neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

#### Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

### Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento: Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento e reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento

como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

**Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.

#### (ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### (iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge accounting, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

A Companhia designa certos instrumentos de hedge para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa.

No início da relação de hedge, a empresa documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de hedge resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo circulante.

#### Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do

fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

#### Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base no custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo e a sua reversão são registrados no resultado financeiro.

#### Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas – impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

#### Benefícios a empregados

##### (i) Planos de benefícios definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui planos de assistência médica e plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Para ambos os casos, os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto aos benefícios definidos é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos

serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. No caso do plano de pensão quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Pagamento baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

*a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las*

A Companhia acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade.

A Companhia possui um departamento de auditoria interna que efetua periodicamente procedimentos em determinadas áreas da empresa, com o objetivo de avaliar e aprimorar os controles internos.

*b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente*

Em relação aos pontos de controles internos referentes à auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os Diretores da Companhia esperam atualizar o Formulário de Referência, quando da conclusão do relatório de controles internos pelos auditores independentes.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

*a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados*

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não efetuou oferta pública de ações.

*b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição*

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não efetuou oferta pública de ações.

*c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios*

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia não efetuou oferta pública de ações.



**10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

*a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:*

*i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

*ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

*iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

*iv. contratos de construção não terminada*

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

*v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

*b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

*a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, e não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

*b. natureza e o propósito da operação*

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, e não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

*c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, e não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

a. *investimentos, incluindo:*

i. *descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

**Orçamento de Capital - R\$ mil**

<b>I – Investimentos</b>	<b>99.951</b>
- Lojas	22.340
- Industrial	29.851
- Logística	6.731
- Tecnologia da Informação	32.664
- Outros	7.465
<b>Total Geral</b>	<b>99.951</b>
<b>Fontes Próprias (Retenção de Lucro)</b>	<b>99.951</b>

ii. *fontes de financiamento dos investimentos*

Retenção de lucros de acordo com orçamento de investimento e destinação do lucro do exercício de 2013.

iii. *desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não há desinvestimentos em andamento e previstos.

b. *desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor*

Em 2012, foram feitas ampliações nas instalações produtivas no Rio Grande no Norte nas áreas de acabamento de produtos de tecido plano, corte e depósito de tecido. No estado de Goiás foi concluída a ampliação da unidade de confecção de Goianésia e os seguintes investimentos foram feitos: (i) Implementação da área de acabamento de confecção e de gravação de quadros em Anápolis; (ii) implantação de um novo centro de distribuição e (iii) uma central de distribuição de talhados para as confecções, na unidade Av. Brasil. No estado de Santa Catarina foram feitos investimentos em (i) novos teares, (ii) aquisição de novo transelevador para a expedição do Sul, e na unidade de Itororó

na (iii) ampliação da Estação de Tratamento de Efluentes e (iv) implementação do modelo de gestão *Lean Manufacturing*.

Em 2013 foram feitos no estado de Santa Catarina investimentos em (i) máquinas de tinturaria de alta tecnologia, (ii) nova máquina "rama" para modernização tecnológica do processo de beneficiamento, (iii) novos conjuntos de corte e (iv) teares, (v) aquisição de máquinas de costura, (vi) expansão da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE); e (vii) na expedição foram instalados novos transelevadores, como parte do projeto de renovação e modernização desse centro de distribuição. Nos estados de Goiás e Rio Grande do Norte foram feitas ampliações nas unidades de corte de Paraúna e Parnamirim e também no estado de Goiás foram adquiridas máquinas de costura.

Para 2014 estão previstos, no estado de Santa Catarina, a (i) ampliação da área de despacho e (ii) atualização das esteiras para encaixotamento no centro de distribuição; a implementação de sistemas automatizados de (iii) cozinha de químicos auxiliares, (iv) preparação de malha, e (v) máquinas de costura para confecção e acabamento, (iv) a adequação dos parques fabris de Itororó e Bom Retiro para o padrão NR12, conforme exigência do ministério do trabalho para maior segurança do trabalho, (vi) aquisição de máquinas de tingimento para atender lotes pequenos de produção, e (vii) a transferência parcial da central de corte de Itororó para Paraúna, no estado de Goiás. Em Goiás haverá (i) automatização do sistema de distribuição de caixas (sorter) no CD de Anápolis, (ii) implantação de uma central de tecido plano, (iii) transferência da central de facções da unidade da Avenida Brasil para a Cidade de São Luis, e (iv) aumento da produção do tecido plano com investimentos em corte e acabamento, que serão feitos também na unidade do estado do Rio Grande do Norte.

c. *novos produtos e serviços, indicando:*

i. *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

No ano de 2012 a empresa atualizou um estudo de mercado, realizado em 2010, reavaliando o potencial de abertura de lojas Hering Store em 796, levando em consideração as atuais premissas socioeconômicas de consumo, distribuição de renda e de penetração da marca. Em 2011 foi elaborado estudo com base na performance das cinco lojas piloto da marca Hering Kids através do qual se identificou um potencial de 200 a 250 lojas para uma rede de franquias no formato individual da marca.

ii. *montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não há valores mensuráveis.

iii. *projetos em desenvolvimento já divulgados*

Para o ano de 2014 foi desenvolvido um plano de expansão da rede de lojas Hering Store com a expectativa de chegar a 662 lojas franqueadas e próprias ao fim do período, bem como expansão da rede de lojas Hering Kids com o objetivo de atingir 100 lojas franqueadas e próprias ao final do ano. Ao final de 2013 foi anunciado o lançamento, em 2014, de uma nova extensão da marca Hering, Hering For You, com lançamento da coleção e inauguração da loja conceito da marca.

iv. *montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não há valores mensuráveis

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outros fatores a comentar.

**INFORMAÇÕES DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO EXIGIDAS  
PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09  
(Anexo 9-1-II)**

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício é de R\$ 318.172.577,31 (trezentos e dezoito milhões, cento e setenta e dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e um centavos).

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados**

O montante global a ser distribuído à conta de dividendos é de R\$ 138.503.852,74 (cento e trinta e oito milhões, quinhentos e três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

Uma vez aprovada a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, o valor global de dividendos e de juros sobre o capital próprio por ação será de R\$ 0,8414, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados, conforme indicado na tabela abaixo. O valor informado é estimado, uma vez que a proposta de distribuição aos acionistas do saldo remanescente a título de dividendos, no valor de R\$ 0,3037, por ação, pode ser modificado, para atender ao exercício de opção de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

<b>Descrição</b>	<b>Bruto por Ação (R\$)</b>	<b>Valor Total Bruto (R\$)</b>
Juros Sobre o Capital Próprio	R\$ 0,117	R\$ 19.259.508,88
Juros Sobre o Capital Próprio	R\$ 0,117	R\$ 19.259.508,88
Dividendos	R\$ 0,3037	R\$ 49.992.417,49
<b>Subtotal</b>	<b>R\$ 0,5377</b>	<b>R\$ 88.511.435,25</b>
Dividendos Propostos	R\$ 0,3037	R\$ 49.992.417,49
<b>Total a ser distribuído no exercício de 2013</b>	<b>R\$ 0,8414</b>	<b>R\$ 138.503.852,74</b>

**3. Informar o percentual do lucro líquido distribuído**

O percentual do lucro líquido a ser distribuído em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de abril de 2014, será de 43,53%.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não há dividendos a serem distribuídos com base em lucros de exercícios anteriores.

**5. Informar deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados**

**a) valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de abril de 2014, o valor a ser distribuído, a título de dividendos, é de R\$ 49.992.417,49 (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos), correspondente a R\$ 0,3037 por ação ordinária (valor estimado, que poderá ser modificado para atender ao exercício de opções de compra de ações outorgadas com base no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia).

**b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio**

Prazo de Pagamento: Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 23 de abril de 2014, o pagamento dos dividendos declarados ocorrerá no dia 28 de maio de 2014. Forma de Pagamento: (a) Os acionistas elegíveis ao recebimento de dividendos receberão seus proventos mediante crédito em conta corrente, desde que tenham manifestado expressamente sua opção nesse sentido e que seu cadastro junto ao Banco Itaú S.A. se encontre atualizado; (b) Os acionistas elegíveis que possuem ações custodiadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA terão os valores a que fizerem jus creditados diretamente à BM&FBOVESPA, que se encarregará de repassá-los aos acionistas através dos agentes de custódia; e (c) Os demais acionistas elegíveis, devidamente identificados, deverão solicitar, na agência do Banco Itaú S.A. de seu relacionamento ou preferência, a emissão de aviso de pagamento para recebimento no caixa.

**c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio:**

Não haverá incidência de atualização monetária e juros sobre os dividendos.

**d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:**

Desde que aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de abril de 2014, a data de 23 de abril de 2014 será considerada para a identificação dos acionistas que terão direito ao dividendo.

**6. Declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio já declarados:**

Foi declarado o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 88.511.435,25 (oitenta e oito milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos), sendo o montante de R\$ 38.519.017,76 (trinta e oito milhões, quinhentos e dezenove mil, dezessete reais e setenta e seis centavos) a título de Juros Sobre o Capital Próprio e R\$ 49.992.417,49 (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentas e dezessete reais e quarenta e nove centavos) como pagamento de dividendos.

**b) data dos respectivos pagamentos:**

Descrição	Evento	Pagamento	Valor Bruto por Ação R\$	Valor Bruto Total R\$
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 14/06/2013	28/06/2013	0,117	R\$ 19.259.508,88
Dividendos	RCA 16/10/2013	30/10/2013	0,3037	R\$ 49.992.417,49
Juros Sobre o Capital Próprio	RCA 21/11/2013	20/12/2013	0,117	R\$ 19.259.508,88
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 88.511.435,25</b>

## 7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

	2013	2012	2011	2010
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	R\$ 318.172.577,31	R\$ 311.013.722,18	R\$ 297.274.322,02	R\$ 212.012.705,82
<b>Por Ação</b>	1,93	1,89	1,82	1,30

b) dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores:

Descrição	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto Total
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,128	R\$ 21.020.659,07
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,128	R\$ 21.020.659,07
Dividendo	R\$ 0,6089	R\$ 99.995.932,10
Dividendo	R\$ 0,730	R\$ 119.883.446,27
<b>Total distribuído referente ao exercício 2012</b>		<b>R\$ 261.920.696,51</b>

Descrição	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto Total
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,09	R\$ 14.708.710,26
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,10	R\$ 16.343.011,40
Dividendo	R\$ 0,21	R\$ 34.320.323,94
Dividendo	R\$ 0,6499	R\$ 106.229.574,10
<b>Total distribuído referente ao exercício 2011</b>		<b>R\$ 171.601.619,70</b>

Descrição	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto Total
Dividendo	R\$ 0,325	R\$ 17.628.225,22
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,175	R\$ 9.492.121,27
Juros sobre o capital próprio	R\$ 0,058	R\$ 9.437.880,58
Dividendo	R\$ 0,122	R\$ 19.852.093,64
Dividendo	R\$ 0,16	R\$ 26.035.532,64
<b>Total distribuído referente ao exercício 2010</b>		<b>R\$ 82.445.853,35</b>

#### 8. Destinação de lucros à reserva legal:

##### a) identificar o montante destinado à constituição da reserva legal;

O montante destinado à constituição da reserva legal é de R\$ 692.155,38 (seiscentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

##### b) cálculo para a constituição da reserva legal: .

A constituição de Reserva Legal no valor de R\$ 692.155,38 (seiscentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos) é determinada pelo Artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e tem por fim assegurar a integridade do capital social. O montante de 5% (cinco por cento) do lucro líquido é aplicado, antes de qualquer outra destinação, na Reserva Legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No ano de 2013, o valor constituído para a Reserva Legal representa um percentual menor que os 5% (cinco por cento) do lucro líquido fixados por lei, tendo em vista respeitar o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

#### 9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

#### 10. Em relação ao dividendo obrigatório

- forma de cálculo prevista no estatuto



Conforme artigo 33, inciso II, do estatuto social da Companhia, após procedidas as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, incisos I, II e III, da Lei nº 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo remanescente, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório.

- b) informar se está sendo pago integralmente

Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente. Ressalte-se que o Conselho de Administração propôs a distribuição de 43,53% do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

- c) informar o montante eventualmente retido

Não há proposta de retenção de dividendos.

#### **11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia**

- a) **informar o montante de retenção**
- b) **descrever pormenorizadamente a situação financeira da Companhia, abordando inclusive aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c) **justificar a retenção dos dividendos**

Não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.

#### **12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

- a) **identificar o montante destinado à reserva**
- b) **identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c) **explicar porque a parcela foi considerada provável**
- d) **justificar a constituição da reserva**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

#### **13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

- a) **informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b) **informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

#### **14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

- a) **descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b) **identificar o montante destinado à reserva**
- c) **descrever como o montante foi calculado**

Não há proposta de destinação de resultado para a constituição de reservas estatutárias.

#### **15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

- a) **identificar o montante da retenção**

O montante da retenção de lucros prevista em orçamento de capital é de R\$99.950.934,04 (noventa e nove milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e quatro reais e quatro centavos).

**b) Fornecer cópia do orçamento de capital**

<b>Orçamento de Capital - R\$ mil</b>	
<b>I - Investimentos</b>	<b>99.951</b>
Lojas	23.240
Industrial	29.851
Logística	6.731
Outros	7.465
Tecnologia da Informação	32.664
<b>Total Geral</b>	<b>99.951</b>
<b>Fontes Próprias (Reserva de retenção de lucros)</b>	<b>99.951</b>

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

- a. informar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva de incentivo fiscal é de R\$ 26.417.737,75 (vinte e seis milhões, quatrocentos e dezessete mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos).

- b. explicar a natureza da destinação

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos, representadas pelos incentivos fiscais concedidos a Companhia pelos estados de Goiás (Fomentar/Produzir), Rio Grande do Norte (Proadi) e Santa Catarina (Pró-emprego) e SUDENE na esfera federal, decorrentes da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração.

**17. Destinação de resultado para a reserva de lucros**

Serão destinados à reserva de retenção de lucros R\$ 57.127.589,09 (cinquenta e sete milhões, cento e vinte e sete mil e quinhentos e oitenta e nove reais e nove centavos), montante que será proposto à Assembleia Geral Extraordinária para utilização em aumento de capital social da companhia, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, *caput* e §1º da Lei 6.404/76.



## REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 13 – IN 480/09)

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

*a. objetivos da política ou prática de remuneração*

### Conselho de Administração

Remuneração é mensal e em valor fixo, podendo conter elementos indiretos (benefícios).

### Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal instalado

### Conselho Consultivo

Remuneração é mensal e em valor fixo, podendo conter elementos indiretos (benefícios).

### Diretores Estatutários e Não Estatutários

Independente do tipo de relação jurídica com a companhia, todos são remunerados de forma mista, com componentes fixos e variáveis e em moeda corrente e benefícios como adiante se demonstra. Os objetivos da política de remuneração são criar motivadores de conteúdo econômico para alinhar interesses das partes a curto, médio e longo prazo, além de reconhecer práticas de mercado (\*).

*b. composição da remuneração, indicando:*

*i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

Conselho de Administração: Honorários mensais fixos e benefícios de plano de saúde; previdência privada; seguro de vida em grupo, observando as práticas de mercado (\*).

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Honorários mensais fixos e benefícios de plano de saúde; previdência privada; seguro de vida em grupo, observando as práticas de mercado (\*).

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Tem remuneração mista assim discriminada:

- honorários fixos mensais, com a finalidade de remunerar o serviço prestado e caráter de dedicação integral;
- remuneração variável a curto prazo, anual, em espécie como forma de promover o alinhamento e comprometimento com os resultados pretendidos;
- remuneração variável a longo prazo (Plano de Ações): de acordo com Programa que se detalha adiante e que tem a finalidade estreitar as ações diretiva com os interesses dos acionistas; e promover retenção.

- benefícios: constituídos de Plano de Saúde; Seguro de vida em grupo; Previdência Privada e Vale Alimentação, Ticket Refeição; para manter-se alinhada às práticas de mercado (\*) de remuneração nesse nível de executivos.

(\*) Por práticas de mercado, entende-se o resultado apurado em pesquisas anuais realizadas com painel de empresas selecionadas que atuam em gestão de varejo e/ou marcas.

*ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total: base 2013*

Conselho de Administração:

Remuneração fixa Pró-labore 81,41%

Remuneração por participação em reunião de comitê: 0,81%

Benefícios: 1,33%

Outros: 16,45%

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo:

Remuneração fixa Pró-labore 81,46%

Benefícios 2,25%

Outros: 16,29%

Diretores Estatutários e Não Estatutários:

Remuneração fixa Pró-labore 37,42%

Benefícios 6,45%

Outros: 7,48%

Remuneração Variável Curto Prazo 17,47%

Outros: 3,49%

Remuneração Variável Longo Prazo 27,69%

A rubrica "Outros" é composta de valores referentes à contribuição patronal para a Previdência Social – INSS (20%) que incide sobre pró-labore e bônus.

Comitês: Deve-se observar que cada membro do Conselho de Administração, ao participar de Comitês, faz jus a um adicional de R\$ 3.000,00 por reunião, limitado a um máximo de R\$12.000,00 por ano.

*iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

Conselho de Administração: A remuneração procura acompanhar valores de mercado validados por pesquisas e o seu reajuste se dá anualmente e pelo mesmo índice aplicável à categoria dos colaboradores têxtil de Blumenau/SC.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado

Conselho Consultivo: A mesma aplicada aos administradores.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Emprega-se a mesma metodologia e o mesmo reajuste aplicável aos integrantes do Conselho de Administração.

*iv. razões que justificam a composição da remuneração*

Conselho de Administração: A forma de remuneração definida deve refletir as práticas de mercado para esse nível de executivos.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: A forma de remuneração definida deve refletir as práticas de mercado para esse nível de executivos.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Os componentes fixos e indiretos devem seguir práticas de mercado aplicáveis e os componentes variáveis são fixados com a finalidade de alinhar ação estratégica e resultados pretendidos.

*c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração*

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: São sempre levados em consideração indicadores de resultado e de incremento de receita.

*d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho*

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: A remuneração variável é estruturada com base em indicadores de desempenho, globais e setoriais, com metas específicas e estritamente vinculadas a resultado, sendo seu atingimento monitorado mensalmente pelo grupo de executivos desse órgão e do conselho de administração.

Comitês de RH e Finanças: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Conselho de Administração: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: no curto prazo há parcelas significativas vinculadas a desempenho, caracterizando-se o EBITDA como o principal. Já no médio e longo prazo, essa remuneração se dá via plano de ações, cuja evolução do valor das referidas ações assegura esse interesse.

Comitês de RH e Finanças: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado

Conselho Consultivo: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: vide tabela abaixo

Comitês de RH e Finanças: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

R\$	2011				2012				2013			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Intern. Serv. Fin. Ltda												
Número de membros	-	-	2,0	2,0	-	-	2,0	2,0	-	-	2,0	2,0
Pro-labore	-	-	13.060,00	13.060,00	-	-	14.928,00	14.928,00	-	-	16.272,00	16.272,00
Textil Santa Catarina Ltda												
Número de membros			1,00	1,00			1,00	1,00			1,00	1,00
Pro-labore			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conselho de Administração: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Conselho Fiscal: Não há Conselho Fiscal instalado.

Conselho Consultivo: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Diretores Estatutários e Não Estatutários: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

**Comitês de RH e Finanças:** Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

a) Órgão	2011				2012				2013				2014			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00	5,78	5,00	6,39	17,17	6,00	5,00	6,00	17,00
c) Remuneração	1.926.520,99	879.854,97	12.625.923,29	15.432.299,25	2.056.633,71	946.234,46	8.902.110,36	11.904.978,53	2.220.223,41	1.011.581,40	13.031.095,19	16.262.900,00	2.552.797,96	1.097.114,02	25.378.986,56	29.028.898,53
i) Remuneração Fixa	1.926.520,99	879.854,97	5.980.347,29	8.786.723,25	2.056.633,71	946.234,46	6.211.726,57	9.214.594,74	2.220.223,41	1.011.581,40	6.692.098,59	9.923.903,40	2.552.797,96	1.097.114,02	8.888.986,56	12.538.898,53
Salário ou pró-labore	1.582.284,16	714.990,44	4.201.673,33	6.499.057,93	1.701.890,76	768.893,84	4.516.955,23	6.987.539,83	1.807.583,75	824.056,80	4.876.529,17	7.508.169,72	2.033.726,79	887.301,68	5.804.508,22	8.724.936,63
Benefícios diretos e indiretos	13.248,00	21.864,44	938.339,30	973.451,74	14.604,80	23.561,85	791.380,30	829.546,95	29.322,91	22.713,24	840.263,58	892.499,33	23.945,89	32.382,00	1.920.021,10	1.974.416,98
Remuneração por participação em comitês	12.000,00	-	-	12.000,00	-	-	-	-	18.000,00	-	-	-	-	-	75.000,00	75.000,00
Outros (NNS)	318.878,83	142.998,09	840.334,67	1.302.211,59	340.338,15	153.778,77	903.391,05	1.397.507,97	365.116,75	164.811,36	975.305,83	1.505.233,94	421.625,35	177.460,34	1.164.457,24	1.763.542,92
ii) Remuneração Variável	-	-	4.825.200,00	4.825.200,00	-	-	-	-	-	-	2.732.499,60	2.732.499,60	-	-	11.520.000,00	11.520.000,00
Bônus	-	-	4.021.000,00	4.021.000,00	-	-	-	-	-	-	2.277.083,00	2.277.083,00	-	-	9.600.000,00	9.600.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (NNS)	-	-	804.200,00	804.200,00	-	-	-	-	-	-	455.416,60	455.416,60	-	-	1.920.000,00	1.920.000,00
iii) Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
iv) Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
v) Remuneração Baseada em Ações	-	-	1.820.376,00	1.820.376,00	-	-	2.690.383,79	2.690.383,79	-	-	3.606.497,00	3.606.497,00	-	-	4.970.000,00	4.970.000,00

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

a) Órgão	2011				2012				2013				2014			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00	5,78	5,00	6,39	17,17	6,00	5,00	6,00	17,00
d) Em relação à Participação no Resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i) Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	427,40	427,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ii) Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	4.274,00	4.274,00	-	-	7.196,85	7.196,85	-	-	9.416,00	9.416,00	-	-	9.600,00	9.600,00
iii) Valor previsto no plano de remuneração, em caso de metas atingidas	-	-	2.137,00	2.137,00	-	-	3.598,42	3.598,42	-	-	4.708,00	4.708,00	-	-	4.800,00	4.800,00
iv) Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	4.825,20	4.825,20	-	-	-	-	-	-	2.732,50	2.732,50	-	-	-	-

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever**

a) termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, dentro dos limites da lei, estatuto social, regulamentação aplicável e das diretrizes fixadas pelos acionistas, reunidos em Assembleia Geral. A outorga das opções de compra de ações aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração é realizada anualmente, por meio de Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações. Para cada Programa de Outorgas, o Conselho de Administração fixa, observados os critérios gerais do Plano, o número total de ações ordinárias a serem emitidas, os prazos para que a opção de subscrição das ações se torne exercível, o preço de subscrição de ações e o índice de correção do preço até a data do exercício da opção.

b) principais objetivos do plano

Estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas estabelecidas, incentivando os seus principais executivos.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos



A remuneração lastreada em ações é uma forma de estimular o executivo beneficiário a agir no sentido de promover o aumento do seu valor como agente direto de seu resultado.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Como remuneração estratégica e variável, a longo prazo, apenas para o nível de Diretoria.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano foi desenvolvido de forma a alinhar interesses da administração aos dos acionistas ao estabelecer que parte da remuneração esteja atrelada ao desempenho do preço da ação no médio e longo prazo, e não somente baseada em indicadores de desempenho de curto prazo como a participação nos resultados. Concessões periódicas de opções de ações, exercíveis no longo prazo, com prazos mínimos de exercício e obrigatoriedade de manter uma parcela dos ganhos auferidos, investidas nas ações da companhia criam os incentivos necessários para estimular o foco no resultado de longo prazo e na geração de valor para os acionistas.

f) número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2008, prevê que as opções outorgadas, não poderão ultrapassar a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 5% das ações de emissão da Companhia.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. A quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite de opções abrangidas pelo plano, não podendo ultrapassar a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 5% das ações de emissão da Companhia.

h) condições de aquisição de ações

As opções concedidas somente poderão ser exercidas após o decurso de 01 ano da data de sua outorga, na proporção de, no máximo, 25% ao ano.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço será determinado pelo Conselho de Administração quando da aprovação de cada Programa e seus respectivos Regulamentos, obedecidos os princípios e regras definidos pelos Regulamentos de cada Programa, e que não poderá ser inferior a média ponderada do preço por ação no mês antecedente a assinatura do Contrato de Adesão, com desconto de até 10%, sendo corrigido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo, da data em que for fixado até a data do efetivo pagamento.

j) critérios para fixação do prazo do exercício

O exercício total das opções pelos beneficiários poderá ser realizado em, no mínimo 4 anos a contar da data da assinatura do respectivo Contrato de Adesão, à razão de  $\frac{1}{4}$  ao ano.

k) forma de liquidação

A aquisição das ações objeto da opção exercida deverá ser realizada mediante pagamento à vista.

l) restrição à transferência das ações

Exercida a opção o Beneficiário se compromete de forma irrevogável e irretroatável, a manter em custódia em instituição financeira a ser indicada pela Companhia, pelo prazo de 01 (um) ano a contar da data da aquisição, uma quantidade de ações cujo valor represente 50% (cinquenta por cento) da diferença entre o valor de mercado das ações resultantes do exercício das opções, e o preço de exercício das opções, na data do exercício.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano pode expirar a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia de acionistas da Companhia; (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias da Companhia na bolsa de valores; (d) em virtude de reorganização societária da Companhia; ou (e) pela dissolução ou liquidação da Companhia.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de o beneficiário retirar-se da Companhia por sua única e exclusiva vontade, ou por iniciativa da Companhia, por ou sem justa causa, restarão automaticamente extintas de pleno direito todas as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não sejam exercíveis. Na eventualidade de o beneficiário retirar-se da Companhia, por sua única e exclusiva vontade, ou por iniciativa da Companhia, sem justa causa, caberá ao mesmo o direito de, no todo ou em parte, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da data do desligamento, exercer as opções que já possam ser exercidas. Em caso de falecimento os direitos decorrentes de todas as suas opções exercíveis ou não, estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores pelo prazo adicional de 12 meses a contar da data do óbito. Em caso de aposentadoria do participante, por idade ou tempo de serviço, ou por invalidez permanente, e caso em razão desta ocorra o desligamento do Beneficiário da Companhia, as opções concedidas e exercíveis que ainda não tiverem sido exercidas poderão ser exercidas até o término de vigência da opção.

**13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Consultivo, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social (\*)**

Órgão	Conselho de Administração <sup>(1)</sup>	Diretoria <sup>(2)</sup>	Conselho Consultivo <sup>(3)</sup>	Grupo Controlador Difuso <sup>(4)</sup>
<b>Quantidade Ações Emissor</b>	709	331.624	3.951	35.756.397

(1) As ações detidas pelos Srs. Ivo Hering e Fabio Hering, membros do Conselho de Administração da Companhia, estão contempladas no quadro (4) Grupo Controlador Difuso.

(2) As ações detidas pelo Sr. Carlos Tavares D'Amaral, membro da Diretoria da Companhia, estão também contempladas no quadro (4) Grupo Controlador Difuso.

(3) As ações detidas pelos Srs. Hans Prayon, Marcio Tavares D'Amaral e Dietz Ernst Fritz Linnenkamp, membros do Conselho Consultivo da Companhia, estão contempladas no quadro (4) Grupo Controlador Difuso.

**13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (\*)**

	Ano	2011	2012	2013	2014	
	Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	(1)	
	Nº Membros	7	7	6	(1)	
<b>Em Relação a Cada Outorga de Opções de Compra de Ações</b>	Data da Entrega	04/05/2011	08/05/2012	21/05/2013	(1)	
	Quantidade de Opções Outorgadas	265.000	226.800	239.800	(1)	
	Prazo para que as Opções se Tornem Exercíveis	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular os % p/ o final do período.	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular os % p/ o final do período.	Carência de 01 ano a partir da outorga e exercício de 25% a cada ano, podendo cumular os % p/ o final do período.	(1)	
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	04/05/2018	08/05/2019	21/05/2020	(1)	
	Prazo de Restrição às Transferência das Ações	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido	(1)	
	Preço Médio Ponderado de Exercício de Cada um dos Seguintes Grupos de Opções	Em Aberto no Início do Exercício Social	R\$ 5,80	R\$ 11,34	R\$ 24,52	(1)
	Perdas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	(1)	
	Exercidas Durante o Exercício Social	R\$ 5,07	R\$ 7,68	R\$ 8,94	(1)	
	Expiradas Durante o Exercício Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	(1)	
	Valor Justo das Opções na Data de Outorga	R\$ 14,89	R\$ 17,00	R\$ 11,87	(1)	
Diluição Potencial em Caso de Exercício de Todas as Opções Outorgadas	0,92%	0,58%	0,52%	(1)		

(\*) O Conselho de Administração não participa do plano.

(1) Ainda não há atribuição de remuneração baseada em ações para o exercício social corrente (2014).

**13.7. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo (\*)**

	Órgão	Diretoria Estatutária				
	Nº Membros	6				
<b>Em Relação às Opções Ainda Não Exercíveis</b>	Quantidade	637.400, na proporção de 25% em cada ano.				
	Data em que se Tornarão Exercíveis	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga	6ª. Outorga
		28/5/2010	29/05/2011	04/05/2012	08/05/2013	21/05/2014
		28/5/2011	29/05/2012	04/05/2013	08/05/2014	21/05/2015
		28/5/2012	29/05/2013	04/05/2014	08/05/2015	21/05/2016
		28/5/2013	29/05/2014	04/05/2015	08/05/2016	21/05/2017
	Prazo Máximo para Exercício das Opções	28/5/2016	27/05/2017	29/05/2018	08/05/2019	21/05/2020
	Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido				
	Preço Médio Ponderado do Exercício	R\$ 37,97				
	Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social	R\$ 24.202.078,00				
<b>Em Relação às Opções Exercíveis</b>	Quantidade	4ª. Outorga – 52.500 5ª. Outorga – 51.300 Total: 103.800				
	Prazo Máximo para Exercício das Opções.	4ª. Outorga – 04/05/2018 5ª. Outorga – 08/05/2019				
	Prazo de Restrição à Transferência das Ações.	01 ano após o exercício das opções sobre 50% do ganho auferido				
	Preço Médio Ponderado de Exercício.	R\$ 43,82				
	Valor Justo das Opções no Último Dia do Exercício Social.	R\$ 4.548.516,00				

Valor Justo do Total das Opções no Último Dia do Exercício Social.

R\$ 4.548.516,00

(\*) O Conselho de Administração não participa do Plano.

### 13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais (\*)

Ano	2011	2012	2013	
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	
Nº Membros	7	7	6	
Nº de Ações	708.035	793.785	387.288	
Em Relação às Opções Exercidas	Preço Médio Ponderado de Exercício	R\$ 5,07	R\$ 7,68	R\$8,94
	Valor total da Diferença Entre o Valor de Exercício e o Valor de Mercado das Ações Relativas às Opções Exercidas	R\$ 21.421.067,05	R\$ 26.951.492,25	R\$ 12.029.165,28
	Nº de Ações	708.035	793.785	387.288
Em Relação às Ações Entregues	Preço Médio Ponderado de Aquisição	(1)	(1)	(1)
	Valor Total da Diferença Entre o Valor de Aquisição e o Valor de Mercado das Ações Adquiridas	(1)	(1)	(1)
	Nº de Ações	708.035	793.785	387.288

### 13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a) modelo de precificação  
Método Black & Scholes para o 1º. ao 5º. Programa.  
Modelo binomial para o 6º. e 7º. Programa.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa
Data da	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	4/mai/11	8/mai/12	21/mai/13

avaliação

Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	226.800	239.000
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83	38,61
Preço de fechamento	10,424	11,04	41,50	33,50	45,91	43,50
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%	1,83%
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21%	29,01%
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%	4,00%
Cupom de IPCA (*)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%	3,83%
Prazo total	7	7	7	7	7	7
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17,00	11,87
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183	3.134

- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Nenhuma premissa para antecipação foi considerada.

- d) forma de determinação da volatilidade esperada

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 08 de maio de 2012 para o 5º programa, 21 de maio de 2013 para o 6º programa, e 25 de julho de 2013 para o 7º programa foi obtida diretamente do serviço Bloomberg para os 1º, 2º, 3º, 5º, 6º e 7º programas, e para o 4º programa de 04 de maio de 2011, foi retirada diretamente do serviço Economática. O preço do fechamento para a data específica é de R\$ 10,42 por ação para o 1º programa, R\$ 11,04 por ação para o 2º programa, R\$ 41,50 para o 3º programa, R\$ 33,50 para o 4º programa, R\$ 45,91 para o 5º programa, R\$ 43,50 para o 6º programa e R\$ 30,56 para o 7º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 04 de maio de 2011, para o 4º programa, 08 de maio de 2012 para o 5º programa, 21 de maio de 2013 para o 6º programa e 25 de julho de 2013 para o 7º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 à 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 à 28 de maio de 2009 para o 2º programa, do período de 28 de maio de 2009 à 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do período de 09 de maio de 2011 à 08 de maio de 2012 para o 5º programa, do período de 30 de junho de 2010 à 21 de maio

de 2013 para o 6º programa, do período de 31 de agosto de 2010 à 25 de julho de 2013 para o 7º programa do serviço Bloomberg e do período de 31 de maio de 2010 a 04 de maio de 2011 para o 4º programa, do serviço Económica, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das Stock Options.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi utilizada nenhuma outra característica na mensuração de seu valor justo.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

a) Orgão	2013		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
b) Número de membros*	-	6	6
c) Nome do Plano	Heringprev		
d) Quantidade de administradores com condições para se aposentar	-	3	3
e) Condições para se aposentar antecipadamente	O participante será elegível a uma Aposentadoria Antecipada qdo preencher, as seguintes condições: 55 anos de idade; mínimo de 10 anos creditado; elegibilidade a uma Aposentadoria pela Previdência Social.		
f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência**	-	5.207.466,89	5.207.466,89
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas***	-	201.417,60	201.417,60
h) Possibilidade de resgate antecipado?	Não		
Condições	N.A		

(\*) Nr. de membros ao final do exercício

(\*\*) Até o encerramento do exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

(\*\*\*) Durante o exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

Em R\$	2011				2012				2013			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
a) Órgão												
b) Número de membros	6,00	5,00	7,00	18,00	6,00	5,00	7,00	18,00	5,78	5,00	6,39	17,17
c) Valor da maior remuneração individual*	1.085.733,79	293.092,19	4.312.837,45	2.120.540,32	1.167.945,39	315.239,50	2.566.936,69	1.475.134,82	1.236.084,77	339.210,09	4.396.626,29	2.151.553,03
d) Valor da menor remuneração individual	165.277,44	142.998,05	1.313.637,15	605.673,05	177.737,66	153.778,75	1.004.598,40	492.639,36	72.747,64	164.811,36	709.358,30	336.564,90
e) Valor médio de remuneração individual	321.086,83	175.970,99	1.803.703,33	857.349,96	342.772,29	189.246,89	1.271.730,05	661.387,70	384.301,39	202.316,28	2.038.637,25	947.204,84

**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13. Percentuais da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Consultivo, que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais**

A Companhia não tem acionista controlador.

**13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo e da Diretoria estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupem, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestada, em relação aos 3 últimos exercícios sociais**

Não há valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração que não sejam em razão da função que ocupam.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

R\$	2011				2012				2013			
	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
HRG - Intern. Serv. Fin. Ltda												
Número de membros	-	-	2,0	2,0	-	-	2,0	2,0	-	-	2,0	2,0
Pro-labore	-	-	13.060,00	13.060,00	-	-	14.928,00	14.928,00	-	-	16.272,00	16.272,00
Textil Santa Catarina Ltda												
Número de membros			1,00	1,00			1,00	1,00			1,00	1,00
Pro-labore			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00			1.920,00	1.920,00

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante:**

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25/07/2013, aprovou o 7º Programa de Opção de Compra de Ações, no total de 72.872 opções de ações, ao preço de R\$ 34,24 por ação, para executivos (diretoria não-estatutária) da Companhia, no âmbito do plano aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10/04/2008.



## **INFORMAÇÕES RELATIVAS AO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL NOS TERMOS DO ANEXO 14 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09**

### **Aumento de Capital Social – Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”)**

#### 1. Informar valor do aumento e do novo capital social

Caso os acionistas aprovem a presente proposta, o capital social da companhia será aumentado em R\$ 73.650.866,59 (setenta e três milhões, seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), passando de R\$ 239.435.255,55 (duzentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para R\$ 313.086.122,14 (trezentos e treze milhões, oitenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e quatorze centavos).

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações.

O aumento de capital será realizado da seguinte forma: (a) R\$ 57.127.589,09 (cinquenta e sete milhões, cento e vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e nove centavos), correspondentes ao valor do lucro retido no exercício de 2013, que foi destinado à reserva de retenção de lucros; (b) R\$ 16.304.296,33 (dezesesseis milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos), correspondentes à capitalização de parte do saldo da Reserva Legal constituída em exercícios anteriores; (c) R\$ 218.981,17 (duzentos e dezoito mil, novecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos) provenientes da capitalização da reserva de incentivos fiscais de reinvestimento de Imposto de Renda e redução de Imposto de Renda, do ano-calendário 2008.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e as suas consequências jurídicas e econômicas

O aumento do capital social reflete a proposta da administração da Companhia, nos seguintes termos:

(a) capitalização da reserva de retenção de lucros do exercício de 2013, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 57.127.589,09, conforme previsto no artigo 169 da Lei 6.404/76;

(b) capitalização do excesso das contas de reserva de lucros, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 16.304.296,33, conforme facultado pelo artigo 199 da Lei 6.404/76;

(c) capitalização da reserva de incentivos fiscais de reinvestimento de Imposto de Renda, do ano-calendário 2008 no valor de R\$ 218.981,17 (duzentos e dezoito mil, novecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos). Referido aumento se justifica eis que as empresas que tenham empreendimentos industriais e agroindustriais, em operação nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, a título de reinvestimento, 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescidos de cinquenta por cento de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pelas agências do desenvolvimento regional, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.

A Cia.Hering possui aprovado juntamente à SUDENE o direito do benefício fiscal da redução por reinvestimento de 30% do IRPJ devido, para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, reconhecendo que o empreendimento atende as condições ao direito do benefício fiscal, tendo a SUDENE autorizado o BNB – Banco do Nordeste do Brasil a liberação dos recursos

referentes ao benefício de redução por reinvestimento de 30% do IRPJ devido, relativo ao ano calendário 2008.

Os incentivos fiscais acima mencionados totalizaram R\$ 218.981,17 (duzentos e dezoito mil, novecentos e oitenta e um reais, dezessete centavos), registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda. A parcela do lucro decorrente deste incentivo fiscal foi totalmente destinada à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável.

Não há conselho fiscal instalado.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

- a) Descrever a destinação dos recursos
- b) Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
- c) Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações
- d) Informar se a subscrição será pública ou particular
- e) Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos
- f) Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública
- g) Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital
- h) Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento
- i) Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha
- j) Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado
- k) Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão
- l) Informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da companhia nos mercados em que são negociadas, identificando:

- i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos
  - ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos
  - iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses
  - iv. Cotação média nos últimos 90 dias
- m) Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos
- n) Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão
- o) Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas
- p) Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito
- q) Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras
- r) Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital
- s) Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens
- i. Apresentar descrição completa dos bens
  - ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social
  - iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível

Os itens dessa seção não são aplicáveis por inexistir aumento de capital por subscrição de ações.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

As ações da Companhia não tem valor nominal.

- b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

A capitalização de lucros e reservas será efetivada sem modificação do número de ações.

- c. Em caso de distribuição de novas ações
  - i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

- ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações
- iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas
- iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995
- v. Informar o tratamento das frações, se for o caso

Não haverá distribuição de novas ações.

- d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

Não haverá prazo em virtude de não haver distribuição de novas ações.

- e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não há informações e documentos a serem fornecidos.

- 7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição
  - a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
  - b. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídas às ações a serem emitidas

Não há aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição.

INFORMAÇÕES SOBRE A REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL (ARTIGO 11 DA INSTRUÇÃO CVM  
Nº 481/09 – QUADRO COMPARATIVO)

**Alteração Estatutária – Quadro comparativo – Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”)**

Redação Atual	Redação Proposta	Justificativa Jurídica e Econômica
Não há	<p>Artigo 9º. [...]</p> <p><b>Parágrafo Terceiro</b> - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.</p>	<p>A fim de adequar o Estatuto Social da Companhia ao estabelecido pela Seção IV, item 4.4 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p>
Não há	<p>Artigo 16. [...]</p> <p><b>Parágrafo Único</b> - O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos transitórios, por outro diretor a quem tenha outorgado poderes específicos para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo substituto indicado pelo Conselho de Administração.</p>	<p>A inclusão do parágrafo destina-se a suprir lacuna do Estatuto Social no que tange ao procedimento e forma de substituição do Diretor Presidente da Companhia em seus impedimentos transitórios.</p>
<p><b>Artigo 14</b> – Ao Conselho de Administração compete: [...]</p> <p>g) autorizar a Diretoria a alienar ou gravar bens móveis e imóveis e a praticar qualquer ato que importe obrigação financeira para a Sociedade, superior à importância de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que legalmente vier a substituí-lo;</p>	<p><b>Artigo 14</b> – Ao Conselho de Administração compete: [...]</p> <p>g) autorizar a Diretoria a alienar ou gravar bens móveis e imóveis e a praticar qualquer ato que importe obrigação financeira para a Sociedade, superior à importância de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que legalmente vier a substituí-lo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;</p>	<p>Aumento do limite de alçada de atribuição da Diretoria, observando-se as diretrizes a serem fixadas pelo Conselho de Administração.</p>
Não há.	<p><b>Artigo 14</b> – Ao Conselho de Administração compete: [...]</p> <p>q) Fixar as diretrizes em relação ao limite de alçada de</p>	<p>Inclusão do poder de estabelecimento das diretrizes em relação ao limite de alçada de atribuições da Diretoria no rol de competências do</p>

	atribuições da Diretoria.	Conselho de Administração.
<p><b>Artigo 17</b> – São atribuições da Diretoria: [...] f) alienar ou gravar bens móveis ou imóveis e a praticar qualquer ato comercial que obrigue financeiramente a Sociedade até a importância de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que legalmente vier a substituí-lo, observado o disposto no artigo 14, alínea “g”, deste Estatuto Social;</p>	<p><b>Artigo 17</b> – São atribuições da Diretoria: [...] f) alienar ou gravar bens móveis ou imóveis e a praticar qualquer ato comercial que obrigue financeiramente a Sociedade até a importância de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que legalmente vier a substituí-lo, observado o disposto no artigo 14, alínea “g”, deste Estatuto Social;</p>	<p>Aumento do limite de alçada de atribuições da Diretoria.</p>
<p><b>Artigo 5º</b> - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 239.435.255,55 (duzentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), representado por 164.611.187 (cento e sessenta e quatro milhões, seiscentos e onze mil, cento e oitenta e sete), ações ordinárias todas nominativas escriturais, todas sem valor nominal.</p>	<p><b>Artigo 5º</b> - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 313.086.122,14 (trezentos e treze milhões, oitenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e quatorze centavos), representado por 164.611.187 (cento e sessenta e quatro milhões, seiscentos e onze mil, cento e oitenta e sete), ações ordinárias todas nominativas escriturais, todas sem valor nominal.</p>	<p>Atualização para refletir os aumentos de capital social proveniente da incorporação das reservas de lucros e capitalização de incentivos fiscais de reinvestimento de Imposto de Renda.</p>

## PROPOSTA DE REDAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTATUTO SOCIAL

### ESTATUTO SOCIAL

CIA HERING  
COMPANHIA ABERTA  
NIRE 42300020401  
CNPJ nº 78.876.950/0001-71

#### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**ARTIGO 1º** - A CIA. HERING, companhia aberta, rege-se por este Estatuto e pela legislação aplicável.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Com a admissão da Sociedade no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado” e BM&F BOVESPA”, respectivamente), a Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se também às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

**PARAGRAFO SEGUNDO** – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

**ARTIGO 2º** - A Sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Hermann Hering, nº 1.790, podendo instalar filiais, agências, sucursais ou escritórios em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

**ARTIGO 3º** - A Sociedade tem por objeto social a fabricação e a comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecções em geral de artigos têxteis, a prestação de serviços, a importação e exportação de quaisquer mercadorias ou maquinários e a participação no capital de outras sociedades.

**ARTIGO 4º** - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, podendo a Assembleia Geral deliberar em qualquer época sobre sua dissolução e liquidação.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CAPITAL SOCIAL, CAPITAL AUTORIZADO E AÇÕES**

**ARTIGO 5º** - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 313.086.122,14 (trezentos e treze milhões, oitenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e quatorze centavos), representado por 164.611.187 (cento e sessenta e quatro milhões, seiscentos e onze mil, cento e oitenta e sete), ações ordinárias todas nominativas escriturais, todas sem valor nominal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica autorizada a emissão, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, de até o limite de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias todas nominativas escriturais, todas sem valor nominal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Sociedade, dentro do limite do capital autorizado e mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestam serviços a mesma ou a sociedade sob seu controle.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A Sociedade, por deliberação do Conselho de Administração, poderá emitir bônus de subscrição, observado o limite do capital autorizado.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Em quaisquer emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, o direito de preferência dos antigos acionistas poderá ser excluído por deliberação do órgão competente para a respectiva emissão.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, ou conversão nestas de títulos ou créditos, o Conselho de Administração poderá estabelecer que às novas ações

emitidas sejam atribuídos dividendos calculados *pro-rata-temporis*, tendo em vista a época de sua homologação ou conversão, desde que seja dado conhecimento antecipado do fato aos interessados.

**PARÁGRAFO SEXTO** – É vedado à Sociedade emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

**ARTIGO 6º** - Todas as ações da Sociedade são nominativas escriturais, permanecendo em contas de depósitos, na Instituição Depositária credenciada, em nome dos seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a Instituição depositária poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

**ARTIGO 7º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

##### **SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 8º** - Administrará a Sociedade:

I – Um Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada; e

II – Uma Diretoria, órgão de gestão administrativa.

**ARTIGO 9º** - Os Administradores eleitos serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo lavrado no livro próprio.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O prazo de gestão dos Administradores se estende até a investidura dos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**ARTIGO 10** – A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração anual dos Administradores da Sociedade, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções, sua competência e reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios para rateio da remuneração de cada Conselheiro e Diretor.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Prevalecerá, exclusivamente, a remuneração atribuída ao cargo de Diretor, quando o respectivo titular exercer cumulativamente o cargo de membro do Conselho de Administração.

##### **SEÇÃO II – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**ARTIGO 11** – O Conselho de Administração será composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os Conselheiros eleitos mediante a faculdade prevista pelo artigo 141 parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404/76.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Quando a aplicação do percentual definido acima resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O Conselho de Administração elegerá dentre seus membros um Presidente.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O Presidente, com atribuição de convocar e presidir as reuniões, será substituído, em seus impedimentos transitórios, por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes específicos para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros.

**ARTIGO 12** – O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração ou da Diretoria.

**ARTIGO 13** – O Conselho de Administração reunir-se-á na sede da Sociedade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com antecedência mínima de 3 (três) dias, na qual constará o local, data, hora e ordem do dia. A ausência de convocação será considerada sanada quando do comparecimento de todos os seus membros à reunião.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A maioria dos membros em exercício constituirá o quorum de instalação, sendo as deliberações tomadas por maioria dos presentes, que serão lavradas em livro próprio.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O Presidente do Conselho de Administração terá em caso de empate, além do comum, o voto de qualidade.

**ARTIGO 14** – Ao Conselho de Administração compete:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- b) eleger e destituir os Diretores, discriminando suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como qualquer outro ato que tenha sido praticado pelos Diretores;
- d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, elaboradas pela Diretoria;
- e) convocar a Assembleia Geral Ordinária e quando necessário a extraordinária;
- f) escolher e destituir Auditores Independentes;

- g) autorizar a Diretoria a alienar ou gravar bens móveis e imóveis e a praticar qualquer ato que importe obrigação financeira para a Sociedade, superior à importância de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que legalmente vier a substituí-lo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- h) autorizar a Diretoria a prestar fianças ou avais exclusivamente em transações de interesse da própria Sociedade ou de empresas de que participe acionariamente;
- i) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
- j) deliberar e autorizar a Diretoria a emitir Notas Promissórias, *comercial papers*, que conferirão à seus titulares direito de crédito contra a emitente, destinados à colocação pública;
- k) deliberar sobre a emissão de novas ações dentro dos limites do capital autorizado;
- l) deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários, conforme dispõe o artigo 33 e seus parágrafos;
- m) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente;
- n) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado;
- o) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para elaboração de laudo de avaliação de ações da Sociedade nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia de capital aberto ou saída do Novo Mercado; e
- p) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto ações da Sociedade por meio de parecer prévio fundamentado divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo, i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição das ações quanto ao interesse conjunto dos acionistas e em relação a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Sociedade; iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação a Sociedade; iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.
- q) fixar as diretrizes em relação ao limite de alçada de atribuições da Diretoria.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As atas de reuniões do Conselho de Administração, que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros, deverão ser arquivadas e publicadas.

### **SEÇÃO III – DA DIRETORIA**

**ARTIGO 15** – A Diretoria compor-se-á de, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 09 (nove) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 01 (um) Presidente, 01 (um) Diretor de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor de Finanças, 01 (um) Diretor Administrativo, 01 (um) Diretor Comercial, 01 (um) Diretor de Marketing, 01 (um) Diretor Industrial, 01 (um) Diretor de Suprimentos e 01 (um) Diretor sem designação específica.

**ARTIGO 16** – Os Diretores serão substituídos:

I – nos impedimentos transitórios, por outro Diretor, indicado pelo Diretor Presidente;

II – nos impedimentos definitivos:

- a) por substituto eleito pelo Conselho de Administração para completar o respectivo mandato;
- b) por substituto indicado pelo Conselho de Administração dentre os Diretores remanescentes para completar o respectivo mandato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos transitórios, por outro diretor a quem tenha outorgado poderes específicos para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo substituto indicado pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 17** – São atribuições da Diretoria:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- b) estabelecer normas para o bom andamento dos serviços internos;
- c) comandar a execução dos negócios da Sociedade;
- d) decidir sobre a criação ou extinção de cargos e funções, fixar remunerações, estabelecendo as políticas de pessoal e de salários;
- e) nomear, contratar e demitir representantes e inspetores comerciais;
- f) alienar ou gravar bens móveis ou imóveis e a praticar qualquer ato comercial que obrigue financeiramente a Sociedade até a importância de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que legalmente vier a substituí-lo, observado o disposto no artigo 14, alínea “g”, deste Estatuto Social;
- g) prestar fianças ou avais exclusivamente em transação de interesse da própria Sociedade ou de empresa de que participe acionariamente, desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração;
- h) apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual dos negócios e, ouvido previamente o Conselho de Administração, propor a reaplicação e distribuição dos lucros nos balanços;
- i) constituir procuradores especiais em nome da Sociedade para o fim de representá-la na administração, definindo os seus poderes e deveres nos respectivos mandatos; e
- j) deliberar sobre a abertura e fechamento de filiais, depósitos, escritórios e outras dependências, feita a atribuição da parcela do capital necessário e a nomeação de gerentes e encarregados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Compete ao Diretor Presidente: (i) administrar a sociedade com observância das disposições estatutárias, das deliberações das Assembleias e do Conselho de Administração; (ii) representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo para tal fim constituir procuradores; (iii) presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral; (iv) indicar eventual substituto para qualquer dos Diretores em casos de impedimento transitório; (v) coordenar e supervisionar as ações da Diretoria; (vi) manter os membros do Conselho de Administração

informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (vii) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Compete ao Diretor de Relações com Investidores representar a Companhia perante (i) ao público investidor, (ii) a Comissão de Valores Mobiliários, (iii) as Bolsas de Valores, (iv) o Banco Central do Brasil e demais órgãos de controle e instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas, bem como tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Compete ao Diretor de Finanças: (i) planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de natureza financeira; (ii) fornecer e prestar aos órgãos da Companhia, relatórios ou informações sobre a situação financeira, sempre que solicitado; e (iii) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Compete ao Diretor Administrativo: (i) planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades relacionadas às áreas administrativas da Companhia, incluindo Contábil, Jurídica, Tecnologia e Informática e Comunicação Institucional; (ii) organizar os balancetes trimestrais e anuais, a proposta orçamentária e o balanço geral, a serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; e (iii) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Compete ao Diretor Comercial: (i) planejar, definir e acompanhar a estratégia comercial; (ii) definir políticas de vendas; (iii) definir estruturas de vendas e o relacionamento comercial; (iv) coordenar e liderar as atividades relacionadas à geração de oportunidades de negócios; e (v) exercer outras atividades inerentes ao cargo.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Compete ao Diretor de Marketing: (i) planejar, definir e acompanhar todas as atividades de marketing; (ii) definir as estratégias de atuação e posicionamento de cada marca da Companhia relacionada aos seus produtos no que tange a análise de mercado, publicidade, propaganda, desenvolvimento de políticas e programas; (iii) Planejar e desenvolver produtos que atendam as estratégias das marcas, sejam competitivas e supram as necessidade do mercado; (iv) Estabelecer padrão de imagem corporativa a fim de melhorar a visibilidade e posição competitiva da companhia; e (v) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Compete ao Diretor Industrial: (i) planejar e avaliar a operação industrial, envolvendo plantas internas e terceiros; (ii) acompanhar as atividades de gestão de produção, práticas de excelência, estratégias e projetos que visam a competitividade industrial e a busca da inovação tecnológica; e (iii) outras atividades inerentes ao cargo.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Compete ao Diretor de Suprimentos: (i) planejar o processo produtivo da cadeia de suprimentos nas aquisições de matérias-primas, insumos e produtos acabados; (ii) acompanhar e garantir a execução dos desenvolvimentos e novos produtos/projetos de cada coleção, bem como a distribuição dos produtos acabados aos clientes; e (iii) outras atividades inerentes ao cargo.

**PARÁGRAFO NONO** – Compete aos Demais Diretores, sem designação específica, se eleitos, auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhes venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 18** – Compete ainda aos Diretores:

- a) exercer as funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração;
- b) auxiliar o Diretor Presidente na gestão dos negócios sociais;

c) substituir outro Diretor, observado o disposto no artigo 16 deste Estatuto Social.

**ARTIGO 19** – A Sociedade obriga-se relativamente a qualquer ato que envolva responsabilidade patrimonial ou financeira, tais como: contratos, escrituras, procurações, movimento de contas bancárias, emissão e endosso de cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, letras de câmbio e títulos de crédito em geral, correspondência, papéis e demais documentos, pela assinatura conjunta de dois Diretores.

Estará também obrigada a Sociedade, quando representada:

I – por dois procuradores em conjunto, quando assim for estabelecido nos respectivos mandatos e de acordo com a extensão dos poderes neles outorgados;

II – por um Diretor em conjunto com um procurador, quando assim for estabelecido no mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele outorgados;

III – por um Diretor ou um procurador individualmente, quando assim for estabelecido no mandato e de acordo com a extensão dos poderes individuais.

**ARTIGO 20** – As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião. O Diretor Presidente terá em caso de empate, além do comum, o voto de qualidade.

**ARTIGO 21** – A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, convocada pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores em conjunto.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO CONSELHO CONSULTIVO**

**ARTIGO 22** – O Conselho Consultivo, órgão social de assessoramento, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Conselho Consultivo elegerá, dentre seus membros, um Presidente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O Presidente do Conselho Consultivo, com atribuição de convocar e presidir as reuniões, será substituído, em seus impedimentos transitórios, por outro membro do Conselho Consultivo a quem tenha outorgado poderes específicos para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo membro efetivo indicado pelos demais membros do Conselho Consultivo.

**ARTIGO 23** – O Conselho Consultivo reunir-se-á na sede da Sociedade, sempre que convocado por seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As reuniões do Conselho Consultivo serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com antecedência mínima de 3 (três) dias, na qual constará o local, data, hora e ordem do dia, salvo casos de manifesta urgência, quando o prazo poderá ser reduzido. A ausência de convocação será considerada sanada quando do comparecimento de todos os seus membros à reunião.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A maioria dos membros em exercício constituirá o quorum de instalação, sendo que as manifestações tomadas, por consenso, serão lavradas em livro próprio.

## **CAPÍTULO V**

### **DO CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 24** – O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Conselho Fiscal, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, funcionará nos exercícios sociais em que for instalado por solicitação de acionistas, na forma da Lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Cada período de funcionamento terá início na data da instalação e terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**ARTIGO 25** – Se o Conselho Fiscal for instalado em exercícios sucessivos será permitida a reeleição de seus membros.

**ARTIGO 26** – As regras sobre constituição e competência do Conselho Fiscal, requisitos, impedimentos, remuneração, pareceres, representação, deveres e responsabilidades de seus membros são as estabelecidas na Lei.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 27** – A Assembleia Geral, convocada na forma da Lei, reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**ARTIGO 28** – A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente em exercício que convidará para secretariar os trabalhos um ou mais acionistas.

**ARTIGO 29** – As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar sua qualidade de acionistas mediante exibição de documento hábil a comprovar sua identidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador, constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

**ARTIGO 30** – O exercício social terá início em 1º de janeiro, terminando em 31 de dezembro do mesmo ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras legalmente determinadas.

**ARTIGO 31** – Do resultado do exercício, serão deduzidos antes de qualquer participação os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**ARTIGO 32** – Do lucro que remanescer depois de feitas as deduções previstas no artigo anterior, será atribuída aos Administradores, a título de participação, a importância de até 6% (seis por cento) observados os limites fixados no artigo 152, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, sendo sua distribuição efetuada pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 33** – O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

I – 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

II – 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, a título de dividendo obrigatório, calculado sobre o saldo, após procedidas as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, incisos I, II e III, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo deverá ser pago no prazo de sessenta dias da data em que for declarado e em prazo idêntico, entregues as ações provenientes de aumento de capital.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Diretoria, ouvido previamente o Conselho de Administração e de acordo com os resultados apurados em balanço, poderá a qualquer tempo determinar que se faça o pagamento de dividendos intermediários.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O valor que por deliberação do Conselho de Administração e nos termos da legislação vigente, for pago ou creditado a título de juros sobre capital próprio, poderá ser imputado aos dividendos previstos no inciso II, deste artigo, integrando o respectivo montante para todos os efeitos legais.

**ARTIGO 34** – Os órgãos de Administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, observado o disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001, e nos artigos precedentes deste Estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido remanescente.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO**

**ARTIGO 35** – A alienação do controle acionário da Sociedade, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, de acordo com condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante (conforme definido abaixo).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para fins deste Estatuto, os termos iniciados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Acionista Controlador” significa o acionista, ou o grupo de acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Sociedade.

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Sociedade.

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Sociedade, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Sociedade e aquelas em tesouraria.

“Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Sociedade.

“Alienação de Controle da Sociedade” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Controle” (bem como seus termos correlatos, “Controlador”, “Controlado”, “sob Controle comum” ou “Poder de Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação societária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (“grupo de controle”) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Sociedade, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ii) entre as quais haja relação de controle; ou iii) sob controle comum.

“Valor Econômico” significa o valor da Sociedade e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo será o maior entre os preços determinados em conformidade com este artigo e o artigo 38, parágrafo segundo, deste Estatuto Social.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O(s) Acionista(s) Controlador(es) Alienante(s) ou o Grupo de Acionistas Controlador alienante não poderá(ão) transferir a propriedade de suas ações, enquanto o Adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A Sociedade não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento do Novo Mercado.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Sociedade sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência referido no parágrafo terceiro deste artigo.

**ARTIGO 36** – A oferta pública de aquisição referida no artigo 35 também deverá ser efetivada:

(i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Sociedade; e

(ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Sociedade, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à



BM&FBOVESPA o valor atribuído à Sociedade nessa alienação e a anexar documentação que o comprove.

**ARTIGO 37** – Aquele que adquirir o Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações estará obrigado a:

(i) efetivar a oferta pública de aquisição referida no artigo 35 deste Estatuto e;

(ii) a pagar nos termos a seguir indicados, quantia equivalente a diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores a data da aquisição do Poder de Controle devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo a BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição nos termos de seus regulamentos.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA**

**ARTIGO 38** – Qualquer Acionista Adquirente, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Sociedade, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Sociedade, deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Sociedade, realizar uma oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, inclusive quanto à necessidade ou não de registro de tal oferta pública, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Capítulo IX.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Sociedade; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo segundo deste artigo; e (iv) para pagamento à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Sociedade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Sociedade objeto da OPA não poderá ser inferior ao maior valor entre: (i) o Valor Econômico apurado em laudo de avaliação referido no artigo 40 abaixo; (ii) 130% (cento e trinta por cento) do maior preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital da Sociedade realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, devidamente atualizado pelo IGP-M até o momento do pagamento; e (iii) 130% (cento e trinta por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Sociedade durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Exclusivamente para fins deste artigo 38, se o Conselho de Administração, após solicitação apresentada pelo ofertante para a elaboração do laudo previsto no artigo 40 abaixo, não tomar, em até 30 dias do recebimento da solicitação, a iniciativa necessária para escolha de empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico, a referida escolha ficará a cargo do ofertante.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A realização da OPA não excluirá a possibilidade de outro acionista da Sociedade, ou, se for o caso, de a própria Sociedade, formular uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir qualquer das obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Sociedade convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu qualquer obrigação imposta por este artigo, de acordo com os termos do artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilização do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos relacionados com as ações de emissão da Sociedade, incluindo, exemplificativamente, usufruto ou fideicomisso, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Sociedade estará igualmente obrigado a realizar a oferta pública de aquisição, registrada ou não na CVM, conforme regulamentação aplicável, nos termos deste artigo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Sociedade em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência de (i) sucessão legal; (ii) incorporação de uma outra sociedade pela Sociedade; (iii) incorporação de ações de uma outra sociedade pela Sociedade; ou (iv) subscrição de ações da Sociedade, realizada em uma única emissão pública primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Sociedade.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Sociedade com o cancelamento de ações, para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Sociedade.

**PARÁGRAFO NONO** – Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste artigo venha a determinar a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Sociedade em OPA, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do parágrafo segundo deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

**PARÁGRAFO DEZ** – O disposto neste artigo não se aplica aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira distribuição pública de ações ordinárias de emissão da Sociedade que se realizar após a admissão da Sociedade ao Novo Mercado (“Data da Primeira Oferta Pública”), sejam titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Sociedade e seus sucessores (“Acionistas Originais”). Após tal data, uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Sociedade superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo e seus parágrafos a tal Acionista Original.

**PARÁGRAFO ONZE** – Não obstante o disposto nos artigos 38, 47 e 48 deste Estatuto, as disposições do regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas nestes artigos.

## **CAPÍTULO X**

### **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA**

**ARTIGO 39** – Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 40 deste Estatuto respeitadas as normas legais e regulamentos aplicáveis.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso não haja Acionista Controlador, a oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo deverá ser efetivada pela própria Sociedade. Nesse caso, a Sociedade somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral, após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública.

**ARTIGO 40** – O laudo de avaliação referido no artigo 39 deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Sociedade, seus administradores e ou do Acionista Controlador, além de também satisfazer os requisitos do parágrafo primeiro do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do referido artigo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Sociedade é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser arcados integralmente pelo ofertante.

**ARTIGO 41** – Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Se o Valor Econômico das ações, apurado na forma do artigo 40, for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis às companhias abertas e os preceitos constantes do Regulamento do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO XI**

### **DA SAÍDA DO NOVO MERCADO**

**ARTIGO 42** – Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas

da Companhia, no mínimo pelo respectivo Valor Econômico a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 40 acima respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para a negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no *caput* deste artigo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A referida assembleia geral deverá definir o responsável ou os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o qual, ou os quais presente ou presentes na assembleia deverá ou deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na ausência de definição do responsável ou responsáveis, pela realização da oferta pública de aquisição das ações no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram a favor da reorganização societária realizar a oferta referida.

**ARTIGO 43** – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo Valor Econômico das ações a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 40 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação de assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

**PARAGRAFO QUARTO** – Caso a assembleia geral mencionada no parágrafo terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o responsável ou responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o qual ou os quais, presente ou presentes na assembleia deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

## **CAPÍTULO XII**

### **DO JUÍZO ARBITRAL**

**ARTIGO 44** – A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, e perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das

disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## **CAPÍTULO XIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**ARTIGO 45** – É facultado à Sociedade suspender temporariamente os serviços de transferência de ações, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 dias intercalados durante o ano, nem por mais de 15 dias consecutivos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O exercício das suspensões constantes deste artigo deverá ser comunicado às Bolsas de Valores nas quais forem negociadas as ações da Sociedade e publicado em anúncios aos acionistas, com uma antecedência de 15 dias. O disposto neste artigo não prejudicará o registro da transferência das ações negociadas em Bolsa anteriormente ao início do período de suspensão.

**ARTIGO 46** – No caso de dissolução da Sociedade, deliberada em Assembleia Geral, compete ao Conselho de Administração determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante.

**ARTIGO 47** – É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas nos Capítulos VIII a XI deste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

**ARTIGO 48** – A Sociedade ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista nos Capítulos VIII a XI deste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Sociedade desde que observada a regulamentação aplicável. A Sociedade ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que ela seja concluída com observância das regras aplicáveis.

**ARTIGO 49** – As omissões deste Estatuto serão supridas mediante aplicação das normas legais em vigor sobre sociedades por ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Blumenau, 24 de março de 2014.